UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

***CAMPUS* UNVIERSITÁRIO DE PALMAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O TERRITÓRIO DO JALAPÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PALMAS -TO
2021

VIVIANE DE ARAÚJO LEAL

O TERRITÓRIO DO JALAPÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UniversidadeFederal do Tocantins-UFT como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado

PALMAS -TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L435t Leal , Viviane de Araújo .

Território do Jalapão: Perspectivas e desafios para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. / Viviane de Araújo Leal . – Palmas, TO, 2021.

90 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2021.

Orientador: Airton Cardoso CançadoCoorientador: Helga Midori Iwamoto

1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. 2. Jalapão. 3. Ações . 4. Implementação. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquerforma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com osdados fornecidos pelo(a) autor(a).

VIVIANE DE ARAÚJO LEAL

TERRITÓRIO DO JALAPÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins-UFT como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado.

Co-orientadora: Profa. Dra. Helga Midori Iwamoto

Data de aprovação: 07/12/2021.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado (orientador)
UFT

_____

Prof. Drª Keile Aparecida Beraldo , UFT

_____

Prof. Dr. Cleiton Silva ferreira Milagres, UFT

As vossas ideias e energia pode ajudar a encontrar o caminho para uma era de desenvolvimento sustentável. Juntos podemos contruir um futuro de prosperidade partilhada e uma vida de dignidade para todos.

(Jeffrey D. Sachs)

AGRADECIMENTOS

É com sentimento de gratidão que finalizo mais uma etapa de minha vida acadêmica. O processo do mestrado, com todos os seus desafios, mudou a forma como percebo o mundo e também como deixo que o mundo me influencie. Assim, passo a acreditar e admirar, de maneira mais intensa, a ciência, a educação, meus mestres e também atitudes responsáveis e sustentáveis.

Esse processo teve aproximadamente dois anos e meio de duração e são inúmeras as pessoas que fizeram parte de maneira direta ou indireta para a concretização deste trabalho. Dessa forma, registro meus agradecimentos às pessoas que estiveram ao meu lado nesta jornada.

Ao meu orientador, professor Dr. Airton Cardoso Cançado, sou grata pela orientação exemplar e pela amizade construída nesses dois anos e meio. Serei eternamente grata por ter acreditado em meu potencial. Aprendi muito com sua orientação e ensinamentos tanto dentro quanto fora da sala de aula. À professora Drª Helga Midori Iwamoto, também pela orientação, pelos ensinamentos e pelas conversas inspiradoras. Com vocês, tive a oportunidade de entrar em contato com conceitos que até então não sabia que existiam e, agora, posso dizer que o acesso à teoria da gestão social, desenvolvimento local e objetivos do desenvolvimento sustentável me tornou uma pessoa melhor.

Aos professores Drª Keile Aparecida Beraldo e Dr. Cleiton Silva Ferreira Milagres, agradeço por aceitarem participar da minha banca de defesa. Obrigado pela seriedade e pela leitura atenciosa e criteriosa do trabalho final

Agradeço à equipe pós-graduação da PPGDR, especialmente às excelentes Michele e Sônia, aqui fica o meu eterno agradecimento. Aos professores que me influenciaram positivamente e tiveram importância direta no desenvolvimento deste trabalho por meio de disciplinas lecionadas e conselhos. Obrigado por ampliaremmeus conhecimentos em relação ao universo do Desenvolvimento Regional.

Aos meus pais, Mercê e Raimundo, e ao meu irmão Marco Aurélio, que, com tanta paciência, me apoiaram no período do mestrado, sempre compreensivos em relação à importância da educação e do desenvolvimento contínuo. Vocês são o meu maior exemplo!

RESUMO

A pesquisa se propõe a ser um trabalho que está de acordo com o novo paradigma do desenvolvimento. A temática abordada envolve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o desenvolvimento territorial. Esses objetivos globais são um chamado para a construção de um futuro inclusivo, resiliente e sustentável para todas as pessoas e todo o planeta. Assim, o principal objetivo desta pesquisa consiste na percepção do estágio de implementação dos ODS nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), na perspectiva territorial. Também conhecer os estágios de desenvolvimento territorial sustentável implementados no TCJ, caracterizar e quantificar as ações implementadas pelas prefeituras do território do Jalapão que contemplam os ODS, previstos na Agenda 2030. A base metodológica ocupa-se de uma abordagem qualitativa e tem propósitos exploratórios e descritivos. Para tanto, os instrumentos utilizados envolvem entrevistas semiestruturadas direcionadas aos gestores públicos, comunidade e profissionais que trabalharam no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do TCJ. As informações foram obtidas por meio da aplicação do questionário *Google Forms a*os públicos categorizados. Os resultados mostraram que a maioria dos municípios está distante de cumprir as metas da Agenda 2030, desenvolvimento de sistemas, tecnologias e ferramentas de monitoramento e avaliação para construção de indicadores mensuráveis e potentes no processo de gestão é uma poderosa ferramenta para administrar as prefeituras de maneira eficiente e também útil para identificar diversas falhas sistêmicas.

Palavras-chave: Território do Jalapão; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The research intends to be a work that is in accordance with the new development paradigm. The topic addressed involves the Sustainable Development Goals (SDG)s and territorial development. These global goals are a call to build an inclusive, resilient and sustainable future for all people and the entire planet. Thus, the main objective of this research is the perception of the stage of implementation of the SDGs in the municipalities that belong to the Territory of Citizenship of Jalapão (TCJ), in the territorial perspective. Such as knowing the stages of sustainable territorial development implemented in the TCJ, characterizing and quantifying the actions implemented by the city halls of the territory of Jalapão that include the SDGs, provided for in the 2030 agenda. The methodological basis is based on a qualitative approach and has exploratory and exploratory purposes descriptive. Therefore, the instruments to be used involve semi-structured interviews aimed at public managers, community and professionals who worked at the TCJ's Extension Center on Territorial Development (NEDET). The information was obtained through the application of the Google Forms questionnaire that were applied to the categorized audiences. The results showed that most municipalities are far from meeting the 2030 Agenda goals, the importance of developing systems, technologies and monitoring and evaluation tools, for the construction of measurable and powerful indicators in the management process, is a powerful tool for manage the city hall efficiently and also useful to identify several systemic failures, as they are exposed in the final considerations of this work.

Keywords: Jalapão Territory; Sustainable Development Perspectives and Objectives.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL	Comitê Econômico para América Latina
CNV	Confederação Nacional dos Municípios
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CMMAD	Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JICA	Agência de Cooperação do Jalapão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE	Organização para Cooperação do Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PPA	Plano Plurianual
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTRI	Programa de Territórios Rurais de Identidade
SELO ODS IES	Selo dos ODS
SDSN	*Sustainable Development Solutions Network*
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma do Sistema das Noções Unidas	32
Figura 2	5Ps da Agenda 2030	35
Figura 3	Localização do Território da Cidadania do Jalapão-TO	42
Figura 4	Localização do município de Mateiros	47
Figura 5	Pirâmide etária do município de Mateiros – 2010	48
Figura 6	Localização do município de Ponte Alta do Tocantins	50
Figura 7	Pirâmide etária do município de Ponte Alta do Tocantins – 2010	51
Figura 8	Mapa de localização do município de São Félix-TO	53
Figura 9	Pirâmide etária do município de São Félix do Tocantins	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	29
Quadro 2	Descrição dos 5Ps da Agenda 2030	36
Quadro 3	Panorama do município Morungaba-SP	38
Quadro 4	Panorama do município Moju-PA	39
Quadro 5	Panorama do município Palmas-TO	39
Quadro 6	Dados da educação no município de Mateiros-TO	 49
Quadro 7	Dados da educação no município de Ponte Alta-TO	49
Quadro 8	Dados da edução do município de São Félix-TO	55
Quadro 9	Temas abordados	62
Quadro 10	Categoria de análises	63
Quadro 11	Avaliação dos ODS nos municípios do TCJ	64
Quadro 12	Resposta dos informantes qualificados	66
Quadro 13	Panorama dos municípios	66
Quadro 14	Visão sistêmica pelos gestores públicos	67
Quadro 15	Objetivos e prioridades da Agenda 2030	68
Quadro 16	ODS mais desenvolvidos na visão dos gestores	68
Quadro 17	Plausabilidade dos ODS até 2030	69
Quadro 18	Percepção do NEDET para implementação ODS	70
Quadro 19	Principais desafios implementação da Agenda 2030	71
Quadro 20	Os ODS mais desenvolvidos no território	72
Quadro 21	Possibilidades de realização dos ODS até 2030	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **14**

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL **19**

3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSUTENTÁVEL – ONU **25**

3.1 Os objetivos do milênio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 25

3.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU 26

3.3 A estrutura da ONU e as demais organizações sobre os ODS 31

3.4 Os avanços em relação aos ODS 34

4 *LOCUS* DA PESQUISA: A REGIÃO DO JALAPÃO **41**

4.1 Jalapão como região – limites e potencialidades econômicas 44

4.2 Jalapão como território - da gestão territorial aos ODS 44

4.3 Perspectivas dos ODS para o Jalapão 45

4.4 Descrição dos municípios do Jalapão 46

4.4.1 Município de Mateiros 47

4.4.2 Município de Ponte Alta do Tocantins 50

4.4.3 Município de São Félix do Tocantins 54

5 METODOLOGIA **58**

5.1 Caracterização da pesquisa 58

5.1.1 Critérios de inclusão 60

5.1.2 Coleta de dados primários e secundários 60

5.2 Análise de conteúdo 62

6 DO CAMPO DAS IDEIAS AO TRABALHO DE CAMPO **66**

6.1 A percepção sobre os ODS pelos sujeitos territóriais 67

6.2 Cenários possíveis aos ODS no território do Jalapão 74

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS **76**

REFERÊNCIAS **78**

APÊNDICES **85**

Apêndice A: Roteiro de Entrevistas ODS - Prefeitos **85**

Apêndice B: Roteiro de Entrevistas ODS – Gestores municipais **86**

Apêndice C: Roteiro de Entrevista - ODS – Comunidades TCJ **89**

Apêndice D: Termo de consentimento livre e esclarecido **90**

1 INTRODUÇÃO

A expressão *desenvolvimento sustentável* começa a ser divulgada mais intensamente com a publicação em 1987 do relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), denominado "Nosso Futuro Comum". Os trabalhos da CMMAD, também conhecida como Comissão Brundtland, constituem conceitos e propostas sobre desenvolvimento sustentável, com ampla repercussão internacional. A CMMAD foi sugerida na Conferência de Nairóbi de 1982 (Estocolmo+10) e criada em 1983 pela Assembleia Geral da ONU, com metas a longo prazo, para cooperação e interligação entre pessoas, recursos, meio ambiente de modo inter-relacionado.

Para Abramovay (2010), desenvolvimento sustentável se traduz em desenvolvimento social, ecológico e econômico, ao mesmo tempo formado por infinidade de fatores determinantes, mas seu andamento depende, justamente, da presença de um horizonte estratégico entre seus protagonistas decisivos. O que está em jogo nesse processo é o conteúdo da própria cooperação humana e a maneira como, no âmbito dessa cooperação, as sociedades optam por usar os ecossistemas de que dependem.

Dessa forma, as Nações Unidas reconheceram que os avanços das tecnologias da informação e da comunicação podem dar lugar a uma Revolução dos Dados para promover o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, em 2015, líderes de governo e de Estado, tendo como resultado os trabalhos desenvolvidos pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) das Nações Unidas, aprovaram, por consenso, o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são oriundos de estudos que a ONU realiza há algumas décadas. São objetos de apresentações em várias conferências, como Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992), Johanesburgo (2002) e Rio+20 (2012). É, portanto, uma agenda global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, com um segmento sobre meios de implementação e de parcerias globais que estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta.

As bases estabelecidas dos ODS aprovados foram os Objetivos do Milênio (ODM), como uma complementação de resposta a novos desafios. Os ODS são integrados e indivisíveis e unem, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A realização dos ODS é um desafio que requer parceria global com participação de governos, sociedade civil, academia, comunicação social e Nações Unidas. Assim sendo, a implementação dos ODS é essencial para estruturar o debate sobre políticas de

cooperação, abrindo caminho para elaboração de propostas mais eficientes com bases multilaterais que fortaleçam o desenvolvimento e a democracia em cada país, impulsionando a participação social e a inclusão social.

De acordo Barbieri (2020), os conceitos e as recomendações da CMMAD foram aceitos pelas entidades da ONU, bem como por diversas organizações intergovernamentais regionais, como Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e não governamentais. A Resolução 44/228[1] da Assembleia Geral da ONU, que convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, no relatório Nosso Futuro Comum, que trata a relação entre pobreza e degradação ambiental, para encontrar novos caminhos de produção e consumo sustentáveis para atender as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações. Contudo diversos governos também adotaram os princípios propostos pela CMMAD. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações".

Em nível local, é possível vislumbrar carências em termos dos ODS na região do Jalapão. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Jalapão está delimitado por uma microrregião político-geográfica, localizada na posição leste do estado do Tocantins, que abrange 15 municípios. Essa região é caracterizada por suas inúmeras unidades de conservação e pelo seu potencial turístico. A palavra *Jalapão* em si é originária de uma planta popularmente conhecida na região do Cerrado por Jalapa (Ipomoea cuneifolia), com predominância dessa planta nos chapadões do Cerrado brasileiro (MILAGRES, 2020) Outra forma de delimitação é a denominação região do Jalapão como uma área, formada por 8[2] municípios, que fazia parte do Programa Territórios da Cidadania. Além dessa classificação territorial, a região também é inserida na área do corredor ecológico do Jalapão[3], formada por 17 municípios pertencentes, além do Tocantins, aos estados do Maranhão, Piauí e Bahia.

Atualmente, a região tem outro contorno, o de Mosaico do Jalapão, criado a partir do

1 AResolução n. 244/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22 de dezembro de 1989, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21.

2 TCJ - Lizarda, Rio Sono, Novo Acordo, São Félix do Tocantins, Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins.

3 Inclui: Bahia: Formosa do Rio Preto; Maranhão: Alto Parnaíba; Piauí: Barreiras do Piauí, Corrente, Gilbués, Santa Filomena e São Gonçalo da Gurgueia; Tocantins: Almas, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.

corredor ecológico com o intuito de reforçar a preservação dos ecossistemas naturais – uniram-se as unidades de conservação (UCs) para promover a integração entre as áreas conservadas e a população local e, assim, incentivar as alternativas de desenvolvimento sustentável na região (ICMBIO, 2019).

Os Territórios da Cidadania foram criados em virtude dos baixos indicadores sociais e por estarem economicamente mais fragilizados. Assim, foi possível integrar outras políticas públicas com os desdobramentos do planejamento territorial (FAVARETO, 2009). O Plano Plurianual 2004-2007 promoveu iniciativas considerarando a participação dos atores dos territórios e as especificidades locais nas diversas fases do planejamento de políticas públicas de desenvolvimento territorial, especificamente com o delineamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário[4] (MDA).

De acordo com Favareto *et al.* (2019), é preciso pensar de que forma a presença do agronegócio nessa região para produção de grãos poderia dar lugar a outras modalidades de inserção das populações da região para usos sustentáveis de diversificação econômica entre outras possibilidades. Os ODS representam uma oportunidade à Agenda 2030 a fim de criar um discurso convergente entre governos, empresas e organizações sociais. De acordo com o autor, a abordagem territorial e as abordagens dos ODS unem um campo de possibilidades para líderes e tomadores de decisão agirem.

A partir de uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), por meio de um aplicativo mandala – ODS disponibilizado para gestores municipais e a sociedade que integram a implementações dos ODS, foi possível identificar que os municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Jalapão dispõem de alguns planos de metas para atender os objetivos de desenvolvimento sustentável. Para que a Agenda 2030 tenha êxito, faz-se necessário que os gestores locais se empenhem e alinhem suas políticas públicas com os indicadores estabelecidos distribuídos entre as dimensões: institucional, econômica, social e ambiental. Os municípios são fundamentais para o cumprimento das metas previstas no plano de ação.

A pesquisa se justifica tendo em vista estudar a interação dos atores-chave no processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Jalapão, na perspectiva territorial.

Além disso, contribui para uma discussão de importância global, a partir de um recorte

[4] O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado em 2000, durante o governo do Presidente Fernando Henrique e extinto em maio de 2016 no governo do Presidente Michel Temer.

empírico como o Território da Cidadania do Jalapão, que compreende uma região com baixa densidade demográfica e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por consequência, é a região mais conhecida do estado do Tocantins por força do potencial turístico e da produção do artesanato em capim dourado, mas com dificuldade de acesso em função de estradas em péssimas condições de manutenção, situação que interfere de forma direta na qualidade de vida das pessoas.

A Agenda 2030 traz uma série de oportunidades para estados e municípios, propositiva de integração entre os eixos econômico, social e ambiental por meio dos ODS e suas metas que possibilitam o aprimoramento da gestão e de políticas públicas e o desenvolvimento sustentável local. A pesquisa tem um perfil inovador, tendo em vista que aborda a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável nos três municípios: Ponte Alta do Tocantins, São Félix e Mateiros pertencentes ao Território da Cidadania do Jalapão.

A abordagem pressupõe que o território é um espaço em que as questões de superação da pobreza podem ter melhor andamento se as ações estiverem voltadas para o território e levarem em conta os ODS como pano de fundo para o trabalho. Além disso, o interesse por essa área do conhecimento foi sendo construído durante uma disciplina de Seminários Interdisciplinares de Desenvolvimento Regional I e II ministrada no programa, em grupo, que teve como uma ação denominada Projeto Vozes: Território integrado à Agenda 2030. A ação foi desenvolvida junto à comunidade do Jardim Taquari a partir do Projeto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): atores e ações locais para compreensão e apropriação da Agenda 2030. Pensada para atuar a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a ação teve o foco direcionado para o ODS 11, que consiste em tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentável, a fim de capacitar assessores populares para a promoção da saúde, do saneamento e da redução da desigualdade. O intuito da formação realizada foi trabalhar as estratégias de acesso às políticas públicas da cidade com o público-alvo, fortalecendo neles o sentimento de pertencimento e apoiá-los na construção de uma agenda de incidência política a partir do ODS estudado.

Nesse sentido, a pesquisa tem como problema: qual é a perspectiva dos gestores públicos e da comunidade do Território do Jalapão em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e quais são os desafios que impedem sua implementação no território?

Os objetivos da pesquisa são:

- verificar a perspectiva dos gestores públicos e da comunidade do Território do Jalapão em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- identificar o estágio de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

no Território do Jalapão;

- conhecer as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável implementadas no Território da Cidadania no Jalapão;
- caracterizar e discutir as ações implementadas pelas prefeituras do Território do Jalapão que contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030.

A pesquisa foi desenvolvida a partir das seguintes etapas. foi feita a pré-análise, que abrange o estudo documental e bibliográfico, que consiste na delimitação, na análise e na discussão da fundamentação teórica. Essa etapa tem como função fundamental articular e propiciar o exame do tema (CERVO; BERVIAN, 2002).

A previsão inicial era realizar entrevistas semiestruturadas presenciais com os representantes do TCJ, sujeitos da pesquisa. A pandemia da COVID-19, que ocasionou mudanças nos costumes e nos hábitos da população mundial, causou alterações e ajustes metodológicos nas pesquisas. O impacto dessa situação pandêmica na presente pesquisa incidiu sobre a técnica de coleta de dados. As entrevistas semiestruturadas, que seriam presenciais, foram feitas de forma *on-line*, em atenção aos protocolos de isolamento social recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Esta dissertação se divide em sete capítulos. Na introdução, o tema e o problema de pesquisa são expostos, apresentam-se a fundamentação teórica e os objetivos da pesquisa no primeiro capítulo. No capítulo seguinte, referencial teórico, estão elencados o Desenvolvimento Territorial, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Região do Jalapão e Desenvolvimento Territorial. No capítulo quatro, o *locus* da pesquisa e a metodologia (falta um verbo – sem sentido). No capítulo 5, são apresentados os procedimentos, a população, a amostra e *locus* de pesquisa utilizados neste estudo. No último capítulo, apresentam-se a dircursão dos resultados. No capítulo sete, são expostas as considerações finais.

O estudo buscou identificar as principais características da implementação dos ODS, tais como: a) qual a perspectiva dos atores chaves no território do Jalapão em relação a esses objetivos; b) quais são asações implementadas pelas prefeituras do Território da Cidadania do Jalapão que contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A ideia de desenvolvimento obteve espaço e forma teórica em meados do século XX, na conjuntura de elaboração de projetos para reconstruir a Europa, devastada após a Segunda Guerra Mundial (SACHS, 2004).

Naquele período, surgiram as discordâncias sobre "ciência regional" e as tentativas de formulação de políticas para a superação das desigualdades territoriais. As demandas entre as teorias propostas, quanto às possibilidades de acordo ou não sobre os processos de desenvolvimento, não as impediram de caminhar no sentido da utilização de um enfoque de desenvolvimento essencialmente "produtivista", baseado tão somente no progresso econômico (MENDONÇA; ORTEGA, 2005). No decorrer do tempo, o paradigma em que o desenvolvimento estava ligado apenas ao desenvolvimento econômico foi alterado. Um fato real que comprova a ineficácia dos programas que visavam apenas ao crescimento econômico é a situação dos principais países da América Latina em que, apesar de apresentarem alto crescimento econômico (PIB) entre os anos de 1950 a 2000, os principais indicadores sociais continuaram mostrado uma desigualdade em algumas regiões (BARREIRA, 2015; REIS, 2004). Embora ainda frequente, há indícios da superação do pensamento cartesiano e economicista do desenvolvimento. A infinidade de conceitos que estão associados ao substantivo "desenvolvimento" é uma prova de mudança de foco (FISCHER, 2002). Ou seja, o desenvolvimento passou a estar ligado a outras dimensões e envolve questões de pobreza, distribuição, exclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade, entre outros que acontecem de maneira integrada, articulada ou opõem-se de maneira frontal à definição clássica (BARREIRA, 2015; REIS, 2004).

Para Furtado (1974, p. 75), "a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito". Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento econômico.

A partir de então, novas abordagens começam a surgir, ampliando e humanizando o conceito de desenvolvimento. Pode ser visto como "um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 1999, p. 17), assim o conceito de desenvolvimento deve superar a questão econômica. Com isso, a ideia de desenvolvimento está ligada às liberdades humanas, divergindo, portanto, das concepções que ligam ao desenvolvimento o Produto Nacional Bruto (PNB), aumento das rendas pessoais, industrialização e avanço tecnológico ou

modernização social. Sen (1999) não descarta que esses fatores ligados à economia podem ser importantes, mas afirma que as liberdades se baseiam em outras variáveis como as disposições sociais, econômicas e também direitos civis.

Myrdal (1974) ressalta o fator social para o desenvolvimento e liga a questão social à importância de preservação da integridade do capital humano. De acordo com esse economista, as formas bem planejadas de distribuição podem contribuir de maneira a melhorar a qualidade da força trabalho, poupando os indivíduos e a sociedade dos custos futuros. Essa questão é verdadeira para países ricos e ainda mais verdadeira para países em desenvolvimento, em que a população sofre várias privações, as quais podem contribuir de maneira negativa para a produtividade da População Economicamente Ativa (PEA) (MYRDAL, 1974).

Refletindo em resoluções em diversas organizações, no sistema Nações Unidas, um novo conceito de desenvolvimento começou a surgir em 1974. A demanda por uma nova concepção de desenvolvimento derivou de abordagens "unificadas" e "integradas" para lidar com os problemas de desenvolvimento em países não desenvolvidos. Tais esforços estavam direcionados de maneira a levar em conta o risco em reduzir os assuntos em apenas fatores econômicos, percebendo uma tendência holística e levando em conta a realidade social, as atitudes formadas nas instituições que apoiam tais atitudes (MYRDAL, 1974).

De acordo com Becker (2010), na dinâmica do desenvolvimento atual, observam-se duas ordens de determinação: uma definida pela prioridade econômica, que devasta nações e regiões; e a seguinte perseguida pelas sociedades regionais e nacionais, que resistem e tentam proteger-se defendendo suas sociedades da destruição.

A maneira como é levada em consideração a questão holística da realidade social, o desenvolvimento pode ser visto como "[...] um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 1999, p. 17). É fundamental para o próprio processo de desenvolvimento por duas razões. A primeira está relacionada à razão avaliatória a fim de verificar se aconteceu, de fato, um aumento das liberdades das pessoas. A segunda é a razão da eficácia, em que o desenvolvimento só é capaz de acontecer de acordo com a "livre condição de agente das pessoas" (SEN, 1999, p.22).

Nesse sentido, o desenvolvimento adquiriu novas qualidades ao longo do tempo como "local", "territorial" e "regional" e, a partir de uma perspectiva social e histórica, também surgiu o conceito de desenvolvimento "sustentável". Lustosa (2002) comenta que, uma vez que a palavra "sustentabilidade" passa estar ligada ao substantivo "desenvolvimento", é possível estabelecer uma estratégia moderna recomendada para as ações de uma determinada nação, especialmente no que diz respeito ao combate da pobreza em algumas regiões ou grupos sociais.

Antes de abordar o conceito de território, convém trazer, para fins de contextualização, a concepção de espaço. Segundo Santos (1978), o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura que contempla relações que estão surgindo e manifestam-se por meio de processos e funções. Aparece também como um fator social e não somente como um reflexo social, que o autor caracteriza como uma instância da sociedade. O espaço é definido como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações" (SANTOS, 2006, p. 12).

Adentrando na concepção de território, Santos e Silveira (2003, p. 21) expõemque o território seria o resultado de um processo de acumulação desigual de tempos históricos, sendo tomada pela relação tempo e espaço, ou seja, o espaço vai se definir pelas formas distintas de apropriação que existem em suas relações política, econômica, cultural e social.

Já Guattari e Rolnik (1996) defendem que território pode ser relativo a um espaço vivido e a um sistema percebido dentro do qual um sujeito se sente "em casa". Território é um sinônimo de apropriação, com subjetivação fechada sobre si mesma. É o conjunto de projetos e representações que conduz pragmaticamente a toda uma série de comportamentos, investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos.

Para Haesbaert (2003), o conceito de território apresentado, aborda o tangível de forma simbólica, ou seja, é possível absorver a materialização presente no território e trabalhar o território a partir do entendimento cultural e simbólico.

> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2003, p. 6774-6775).

Desse modo, o território, para Haesbaert (2003), compreende os vários tempos vividos ou processos históricos de diferentes aspectos econômicos e sociais e é imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço.

Surge assim o território como espaço de governança. Segundo Fernandes (2015, p. 999), "o conceito contemporâneo de território incorpora as relações sociais no processo dialético de criação e produção de novos espaços e territórios [...], de modo que é produzido pelas relações sociais e produz relações sociais", do que deriva pensamento multidimensional.

Na concepção de território, relacionado à ideia de desenvolvimento, Abramovay (2010) expõe a ideia de que o território é formado por um conjunto de relações capazes de fortalecer a

identidade de seus atores e, portanto, o empreendimento de ações em comum com base na confiança que passaram a construir por seu relacionamento é importante, mas insuficiente para explicar processos localizados de desenvolvimento.

De acordo com as ideias de Santos e Silveira (2003, p. 19), território não é um dado simples, mas um resultado. Para o geógrafo, o elemento que define o território é o seu uso e não a sua definição:

> O que normalmente se entende por território é [a] terra que foi apropriada e está sendo utilizada. Mas a palavra "territorialidade" como um sinônimo de pertencer ao que nos pertence, este sentimento de exclusividade ultrapassa os limites da raça humana e dispensa a existência do Estado. Assim, esta ideia de territorialidade estende-se a animais também, como sinónimo de um espaço para vida e reprodução. A territorialidade humana, no entanto, também pressupõe a preocupação com o seu destino, construindo um futuro, que, entre seres vivos, é um privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 19-25).

Portanto, multidimensionalidade, conflitos de poder, tensão entre a permanência e a mudança, entre outras, são alguns aspectos estabelecidos da noção de "território", bem como, o tangível (espaço físico, estruturas) e questões intangíveis (poder, sentido de pertença, identificação).

Assim, de acordo com as perspectivas levantadas, a conceituação de território é complexa e plural, engloba diversidade, estratégias das partes interessadas e dos mecanismos de aprendizagem coletiva, ou seja, a aquisição de conhecimentos, informação comum por meio da prática ou da experiência coletiva. Outrossim, do ponto de vista territorial, as políticas públicas servem de orientação para a organização de discussão sobre os desafios para o planejamento e a gestão social das realidades territoriais.

A concepção do desenvolvimento territorial, segundo Dallabrida (2016), é entendida como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Nesse contexto, a política de desenvolvimento rural brasileira foi instituída em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Território (SDT/MDA) por intermédio do Programa Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) (BRASIL, 2010), atualmente conhecido simplesmente como Programa para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). Os principais objetivos são incentivar a criação de "territórios rurais" (FAVARETO, 2007) e a sua gestão através de um conselho territorial.

Os primeiros componentes dessa política foram introduzidos no último período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Parte dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF[5]) foi destinada para uma linha específica denominada Infraestrutura e Serviços Municipais, que funcionou de 1997 a 2002. Essa modalidade tinha como objetivo a melhoria nas condições de produção e de infraestrutura nos municípios rurais, onde a agricultura familiar representa um papel estratégico na economia local (FAVARETO, 2019).

No início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa secretaria implementou a política pública de desenvolvimento territorial por meio da associação do PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais à noção de desenvolvimento territorial e passou a atuar com base na ideia de territórios rurais, entendidos como:

> Em espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003, p. 34).

Com efeito, o município deixou de ser a unidade de referência dessa linha de crédito, e a escala territorial, intermediária às escalas municipal e estadual, passou a ser priorizada. Ademais, temas sociais ligados historicamente ao Partido dos Trabalhadores (PT), como reforma agrária, apoio a assentamentos de agricultores sem terra, crédito e assistência técnica, passaram a integrar a agenda social do governo federal (KARAM, 2012). Logo, essa linha do PRONAF deu origem ao Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI), que possui como ferramenta para aplicação de recursos financeiros o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

De acordo com o MDA (2015), a abordagem territorial é aquela que integra espaços, atores da sociedade, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem, representada pelo Programa, considera "equidade, respeito à diversidade, solidariedade, justiça social, sentimento de pertença, valorização da cultura local e inclusão social como objetivos fundamentais a serem alcançados" O PRONAT, entre outros aspectos, repassa recursos públicos não reembolsáveis

5 O PRONAF é a política pública mais antiga coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e consiste, fundamentalmente, na oferta de crédito subsidiado para os agricultores familiares.

para projetos produtivos territorializados que atendam coletivos de agricultores familiares ou comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos de um determinado território. Esse Programa contempla a questão da pobreza rural de forma indireta, por meio da ampliação das atividades econômicas e da prática da solidariedade entre as famílias pertencentes a comunidades de agricultores familiares ou povos tradicionais. A ideia de solidariedade entre as famílias rurais é reforçada pela proximidade cultural e física, sendo considerado o principal recurso para promover ações de desenvolvimento ao nível local (BONNAL, 2013).

A experiência dos programas territoriais executados nos últimos anos no Brasil, principalmente o PRONAT e o PTC, demonstra avanços importantes na abordagem territorial. Também se registra a criação de novas instituições nas diferentes esferas da gestão pública, a exemplo dos Colegiados Territoriais, com o propósito de operacionalizar os dois programas. A Matriz de Ações pode ser citada como um exemplo de uma nova instituição ainda pouco apropriada pelos atores locais.

De maneira geral, a pesquisa realizada por Cazella, Zimmermann e Leite (2013, p. 294) revelou que os colegiados apresentam fragilidades no que se refere à capacidade técnica e política para integrar nas suas agendas a governança das distintas intervenções previstas na Matriz de Ações. É com essa visão, conhecer as estratégias para elencar a sustentabilidade como uma prática interdisciplinar.

As dimensões ligadas a diversas ciências apresentam as seguintes dimensões: a sustentabilidade social, que são as relações do homem com o meio em que vive, de modo que viabilize uma sociedade mais justa e includente, capaz de reduzir o grande espaço que separa a maioria pobre e a minoria rica, como a capacidade de exercício das atividades econômicas da comunidade, a manutenção das suas relações sociais no meio em que convive; sustentabilidade territorial é a distribuição espacial dos recursos, das atividades e das pessoas, de modo a encurtar o espaço entre zona urbana e rural, entre pobres e ricos, sustentabilidade política tendo um governo democrático, unido no princípio da liberdade e no exercício dos direitos.

Portanto, de acordo com Furtado (1982), produz-se desenvolvimento quando na sociedade se manifesta uma sinergia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas.

No capítulo seguinte, são abordados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, uma ferramenta importante para cidadãs e cidadãos reivindicarem seu cumprimento e, assim, fomentarem o desenvolvimento humano sustentável de seu município.

3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSUTENTÁVEL – ONU

3.1 Os objetivos do milênio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) direcionam o apoio e desenvolvimento de capacidades à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da AGENDA 2030. Produzida pela ONU, a Declaração do Milênio tratou-se de um documento resultante da Cúpula de Chefes de Estados e Governos dos países-membros, ocorrida entre 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque. Nessa oportunidade, foram firmados compromissos a serem assumidos no tocante ao desenvolvimento dos povos no respeito a valores – liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza, responsabilidades compartilhadas –, e princípios – dignidade humana, igualdade e da equidade, a nível mundial (UNITED NATIONS, 2000). Destacam-se como objetivos-chave para transformar em ações esses valores:

> [...] a questão da paz mundial, segurança e desarmamento para libertar os povos da praga da guerra, o desenvolvimento e erradicação da pobreza a fim de libertar os companheiros homens, mulheres e crianças das condições desumanas de extrema pobreza, às quais mais de um bilhão delas estão sujeitas correntemente, a proteção do ambiente comum, os direitos iguais, democracia e boa governança, proteção dos vulneráveis, a satisfação das necessidades especiais da África, os meios para reforçar as Nações Unidas (BIZAWU, 2005, p. 2).

As metas do milênio estabelecidas pela ONU em 2000, com o apoio de 191 nações, conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), são:

1. Acabar com a fome e a miséria.
2. Oferecer educação básica de qualidade para todos.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde das gestantes.
6. Combater a Aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

De acordo com o relatório do IPEA e a Secretaria de Planejamento Estratégico (2014), o Brasil atingiu importantes metas dos ODM, contribuindo significativamente para o alcance

das metas globais de alguns objetivos. Em relação ao ODM 1, um exemplo seria, a meta de reduzir a fome e a pobreza extrema pela metade em comparação à taxa de 1990 alcançada pelo Brasil já em 2002.

Em 2012, o país tinha reduzido essa taxa a menos de um sétimo – de 25,5% de pessoas extremamente pobres para 3,5%. Avanços também foram alcançados na redução da mortalidade na infância, expressa no ODM 4, que leva em conta a taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade. Essa taxa passou de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 17,7 em 2011, alcançando a meta de redução de 75%. A meta de redução da mortalidade infantil, isto é, de crianças de até 1 ano de idade, também foi alcançada pelo país: a taxa de mortalidade infantil caiu de 47,1 para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos de 1990 a 2011, superando a meta de 15,7 óbitos estimada para 2015.

Outras metas alcançadas pelo país foram a de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário, do ODM 7, o que foi atingido em 2012. Em contrapartida, o Brasil teve dificuldades de atingir outras metas, em especial as do ODM 5 “Melhorar a saúde das gestantes”. Ainda que a razão de mortalidade materna tenha reduzido significativamente, de 141 óbitos maternos por mil nascidos vivos em 1990 para 64 óbitos em 2011, não foi possível alcançar a meta de 35 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos até 2015. E no combate a doenças, a taxa de detecção de Aids manteve-se estável nos últimos 10 anos, em torno de 20 por 100 mil habitantes por ano de diagnóstico, e o coeficiente de mortalidade por Aids também diminuiu.

Nesse sentido, muitos investimentos foram feitos para cumprir o compromisso assumido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tanto pelo Brasil, quanto pelos outros países. A experiência dos ODM foi bem-sucedida e melhorias significativas foram alcançadas, que provocaram mudanças positivas na vida das pessoas. Mas ainda há muito a ser feito, e a Agenda 2030 pretende avançar nessas lacunas.

3.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

O primeiro momento do surgimento dos ODS foi no Brasil, no Rio de Janeiro, a partir dos resultados do processo que teve início na conferência sobre desenvolvimento sustentável das Nações Unidas conhecida como Rio+20, em 2012. A conferência Rio+20 reuniu líderes mundiais, juntamente com centenas de participantes do setor privado, organizações não governamentais e outros grupos com “objetivo de moldar como reduzir a pobreza, promover a equidade social e garantir a proteção ambiental em um planeta cada vez mais populoso”

(NAÇÕES UNIDAS, 2016, p.). O produto gerado pela conferência Rio+20 foi um documento intitulado “o futuro que queremos”. Tal documento continha o processo de planejamento e desenvolvimento, com recomendações e visões em relação ao avanço. Desta forma, a formação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi fruto de três frentes de trabalho, coordenadas por três grupos distintos: (a) grupo político, (b) grupo financeiro e (c) grupo político (ONU, 2015).

A discussão sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi adotada em agosto de 2015, quando os 193 países-membros das Nações Unidas chegaram a um consenso sobre o documento final da nova agenda (ONU, 2015). Países-membros adotaram a nova agenda de desenvolvimento sustentável, com ênfase principal nos ODS, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015.

Os ODS são o resultado de um processo de negociação que envolveu 193 países-membros da ONU, o qual teve também a participação sem precedentes da sociedade civil e de outros grupos interessados. Isso levou à representação de uma grande variedade de interesses e perspectivas. Por outro lado, os ODM foram produzidos por um grupo de especialistas “a portas fechadas”. Os ODS são mais amplos em seu alcance, pois abordam os elementos interligados do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Os ODM tinham como ênfase a agenda social e como prioridade os países em desenvolvimento, particularmente os mais pobres, enquanto os ODS aplicam-se a todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Os ODS são objetivos indivisíveis e integrados, dado que a construção de desenvolvimento econômico, social e ambiental não é possível se não trabalharmos em todas as questões que afetam a vida das pessoas e que estão interligadas. Ainda, para falar em desenvolvimento, é preciso levar em conta a quem esse desenvolvimento deve beneficiar. É por isso que a Agenda é também centrada nas pessoas, sensível às questões de gênero e se baseia em assegurar os direitos humanos. Seu principal objetivo é não deixar ninguém para trás. Uma característica central dos ODS é a grande ênfase nos meios de implementação – a mobilização de recursos financeiros, desenvolvimento de capacidades e tecnologia, bem como a geração de dados e fortalecimento de instituições (PNUD, 2018).

As metas e os objetivos estabelecidos constituem um plano de ação universal, a ser trabalhado por todas e todos – Estados, sociedade civil, empresas, terceiro setor, academia e outros segmentos sociais –, elaborado a partir do entendimento de que construir um mundo sustentável e socialmente equitativo é responsabilidade e tarefa de todas as pessoas. É a partir

dessa perspectiva que a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável se relaciona com seu município e com as pessoas. Alcançar o desenvolvimento humano sustentável e tornar o respeito aos direitos humanos uma realidade acontece no nível local. São as cidadãs e os cidadãos, nos seus municípios, que sabem suas necessidades e percebem como as políticas podem afetar sua vida, identificando inclusive quais são os meios de implementação mais adequados para determinada localidade e levando em consideração as especificidades de seu contexto.

Além disso, diversas metas a serem alcançadas estão relacionadas ao papel dos estados e dos municípios que assumem responsabilidades não só na implementação dos ODS, mas também no engajamento e no monitoramento dessa implementação. Contudo, não podemos esquecer que a Agenda 2030 é um compromisso global que o Brasil assumiu. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta importante para cidadãs e cidadãos reivindicarem seu cumprimento e, assim, fomentarem o desenvolvimento humano sustentável de seu município. É, ainda, uma oportunidade para trocar experiências e lições aprendidas com outras localidades, de forma a contribuir para desenvolvimento integrado e identificar eixos de trabalho conjunto e cooperação entre os diferentes atores da sociedade, seja em outros municípios, estados ou até mesmo países. O Quadro 1 apresenta os dezessete ODS.

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS	OBJETIVOS	RESUMO
	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	Saúde e bem-estar	Assegurar a vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades.
	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas.

	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulher e meninas.
	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	Energia limpa e sustentável	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho para todos.
	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes e sustentáveis.
	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	Ação contra a mudança global climática	Tornar medidas urgentes para combater a mudança de clima e seus impactos.
	Vida na água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir, de forma sustentável, as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da diversidade.

	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: adaptado da ONU (2020).

De acordo com Gallo e Setti (2014, p. 4386), “o objetivo deve ser especificamente relacionado a um tema, evidenciando as questões de grande impacto sobre desenvolvimento sustentável”. Nessa esteira, continuam, sobre as metas: “devem ser capazes de materializar a ambição dos objetivos. Podem ser resultados individuais ou de territórios [...]. Devem sempre ser mensuráveis, ainda que se reconheça a necessidade de maior envolvimento técnico para desenvolver indicadores apropriados”.

A Agenda 2030 e os ODS representam uma oportunidade para uma abordagem integral dos problemas sociais, econômicos e ambientais pelos investimentos públicos e privados. A Agenda vem sendo adotada como uma referência para a atuação de governos de todo o mundo e também por empresas e organizações sociais.

Somente uma nova geração de políticas e de formas de coordenação entre governos, organizações sociais e atores privados poderá dar forma a uma agenda que seja capaz de conciliar a volta do dinamismo econômico, a promoção do bem-estar e a conservação da natureza, tão fundamental num contexto de crise climática como o atual.

3.3 A estrutura da ONU e as demais organizações sobre os ODS

A Organização Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional fundada em 1945[6] por 51[7] países. Atualmente é composta por 193 membros. Visto que que todos os membros das Nações Unidas seguem as missões e os princípios de acordo com a carta de fundação, os países-membros buscam atuar em situações atuais da humanidade as quais precisam ser trabalhadas, como: paz, segurança, mudança climática, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, emergências humanitárias e de saúde, igualdade de gênero, governança, produção de alimentos e de desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS 2016).

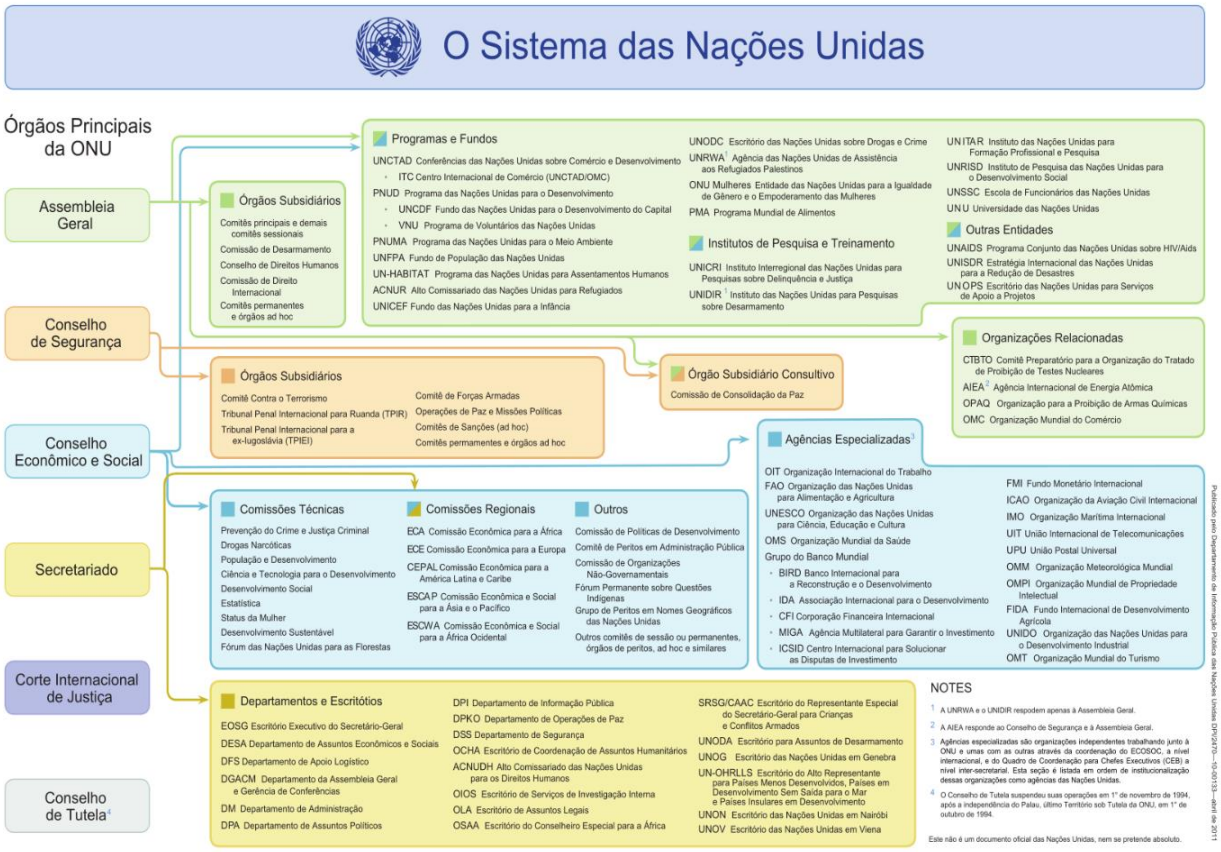
Além de tratar as questões atuais do século XXI, ligadas aos princípios e às missões descritos na carta de fundação da organização, as Nações Unidas possuem alguns órgãos participativos, como, como, por exemplo, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social para que os países-membros atuem por meio de fóruns e negociações, permitindo o diálogo e gerando um ambiente propício para que se atinja convergência e soluções de problemas diversos de maneira participativa (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

A Figura 1 mostra que, na estrutura do sistema das Nações Unidas, há seis órgãos principais, os quais possuem diferentes estruturas e lidam com assuntos distintos: (1) assembleia geral; (2) conselho de segurança; (3) conselho econômico e social; (4) secretariado; (5) corte internacional de justiça; e (6) conselho de tutela. A Figura 1 apresenta a estrutura organizacional do sistema das Nações.

6 Apesar da existência das Nações Unidas ter data histórica em 24 de outubro de 1945, o nome *United Nations* surgiu antes, com o presidente norte americano Flankling D. Rossevelt, em 1942, no período de tempo da Segunda Guerra Mundial.

7 Embora aa carta de fundação seja assinada originalmente por 50 países em 26 de junho de 1945, a Polônia veio a integrar ao conjunto de países-membros depois da conferência, contabilizando 51países-membros originais.

Figura 1 - Organograma do Sistema das Nações Unidas



Fonte: Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (2021, p. 1).

A Assembleia é o principal órgão deliberativo, formulador de políticas e representativo da ONU. Todos os 193 Estados-Membros da ONU estão representados, tornando-a o único órgão da ONU com representação universal (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). O Conselho de Segurança é o principal responsável, sob a Carta da ONU, pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Possui 15 membros (5 permanentes e 10 não permanentes). Cada membro tem um voto. Nos termos da Carta, todos os Estados-Membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho. O Conselho de Segurança lidera a determinação da existência de uma ameaça à paz ou ato de agressão (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

O Conselho Econômico e Social é "[...] o principal órgão de coordenação, revisão de políticas, diálogo sobre políticas e recomendações sobre questões econômicas, sociais e ambientais, bem como a implementação de metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente[...]" (NAÇÕES UNIDAS, 2020). O órgão serve como mecanismo central para as atividades do sistema das Nações Unidas e de suas agências especializadas nos campos

econômico, social e ambiental, supervisionando os órgãos subsidiários e especialistas (CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). O Conselho de Tutela foi estabelecido em 1945 pela Carta das Nações Unidas e hoje atua no acompanhamento da desocupação dos territórios. No passado, tinha como principal objetivo garantir que os territórios sem estrutura para serem governados por si mesmos fossem administrados de acordo com o interesse majoritário da população daquele país.

A corte de justiça é o principal órgão judicial, tendo como foco resolver, de acordo com o direito internacional, disputas legais submetidas a ele pelos Estados e emitir pareceres consultivos sobre questões legais submetidas por órgãos e agências especializadas autorizados das Nações Unidas (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, 2020).

O Secretariado compreende o Secretário-Geral e dezenas de milhares de funcionários internacionais da ONU que realizam o trabalho cotidiano da ONU, conforme determinado pela Assembleia Geral e por outros órgãos principais da Organização. O Secretário-Geral é o diretor administrativo da Organização, nomeado pela Assembleia Geral por recomendação do Conselho de Segurança por um período renovável de cinco anos. Os funcionários da ONU são recrutados internacional e localmente e trabalham em postos de serviço e em missões de manutenção da paz em todo o mundo. Mas servir a causa da paz em um mundo violento é uma ocupação perigosa. Desde a fundação das Nações Unidas, centenas de homens e mulheres corajosos deram suas vidas em seu serviço (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Numa análise breve, observou-se que são três os principais órgãos da ONU que lidam com os objetivos de desenvolvimento sustentável: a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social e o Secretariado.

O sistema Nações Unidas, em relação ao modo de trabalho, atua principalmente em nível de país. Esse campo de atuação pode ser capitalizado para outras divisões internas (inclusive atingindo nível local), oferecendo experiências tanto no desenvolvimento de programas quanto em questões práticas. Dessa maneira, a ONU pode ser vista como um dos principais atores para dar alicerce aos países com intenção de que eles encontrem o desenvolvimento.

De maneira breve, a Organização das Nações Unidas apresenta suas principais conferências e lançamentos das agendas de desenvolvimento; o Programa das Nações Unidades para o Desenvolvimento (PNUD), enquanto agência líder da ONU; os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que antecederam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O PNUD é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU,

trabalha principalmente pelo combate à pobreza, redução das desigualdades e exclusão social. Segundo o site da ONU, o PNUD está presente em 170 países do mundo, a exemplo do Brasil, colaborando com governos, iniciativa privada e com sociedade civil, com o objetivo de auxiliar as pessoas a construírem uma vida mais digna (ONU, 2020).

Presente no Brasil desde a década de 1960, a atuação do PNUD no país tem tido como temas centrais o desenvolvimento de capacidades, ciência e tecnologia, a modernização do Estado e o fortalecimento de suas instituições, o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais (SEBRAE, 2018).

O PNUD incluiu universalmente, em 1990, o conceito de Desenvolvimento Humano, que parte da intenção de que, para verificar o avanço na qualidade de vida de uma população, é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação. Esse conceito consiste na base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo PNUD (SEBRAE, 2018).

O PNUD também administra o Fundo de Capital para o Desenvolvimento da ONU, que auxilia países em desenvolvimento a impulsionar suas economias, ao complementar fontes já existentes de recursos por meio de subsídios e empréstimos, além do Programa das Nações Unidas para o Voluntariado (UNV, na sigla em inglês), que dispõe de mais de 6.000 voluntários de 160 países para auxiliar na paz e no desenvolvimento (PNUD, 2020).

O PNUD concentra-se em ajudar os países a construir e compartilhar soluções em três áreas principais: desenvolvimento sustentável; governança democrática e promoção da paz; e resiliência climática e de desastres (PNUD, 2020). Assim, por exemplo, na área de governança democrática, os projetos focam nos processos de modernização do Estado, por meio do fortalecimento de capacidades, da estruturação de instituições, do desenvolvimento de metodologias e sistemas de monitoramento e gestão (ONU, 2017).

Por meio do desenvolvimento e da realização de projetos de cooperação técnica em parceria com instituições nacionais, o PNUD Brasil apoia a execução de políticas para fortalecer setores críticos para o desenvolvimento humano, o desenvolvimento de capacidades institucionais nos governos federal, estaduais e municipais e o fortalecimento do papel da sociedade civil e do setor privado na busca do desenvolvimento humano e sustentável (ONU, 2017).

3.4 Os avanços em relação aos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e as prioridades nacionais. Cada governo também decide como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos nas políticas e nas estratégias nacionais de planejamento. São três dimensões que formam o desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Com o lema “Não deixar ninguém para trás! ”, foram contemplando cinco áreas de importância crucial para a humanidade e o planeta: Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e Planeta. A Figura 2 apresenta o quadro dos 5Ps da Agenda 2030.

Figura 2 – Os 5 Ps da Agenda 2030

Fonte: PNUD (2015, p. 2).

Quadro 2 – Descrição dos 5Ps da Agenda 2030.

Pessoas	Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.
Planeta	Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras.
Prosperidade	Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.
Paz	Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.
Parceria	Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todas as pessoas.

Fonte: : PNUD (2015, p. 2).

As interconexões e a natureza integrada dos ODS são de importância crucial para assegurar que o propósito para que a nova Agenda se concretize.

Conforme Rodrigues, Marchezine e Law (2021), as mudanças são perceptíveis na diplomacia convencional em suas diversas formas de acompanhar e enxergar o mundo em relação aos ODS. No Brasil, a ONU fez um apelo pedindo que o sucesso da Agenda 2030 depende de uma nova diplomacia cidadã global, que envolva diretamente o setor privado e a sociedade civil envolvidos em ações de diplomacia cidadã. As metas demandam um esforço global compartilhado, e seu êxito depende da cooperação não só entre as nações, mas também dos cidadãos e dos governantes a serem protagonistas com os assuntos globais, que dizem respeito a todos que se importam com o futuro do planeta.

Segundo o Roteiro para a Localização dos ODS, "Implementação e Acompanhamento no nível subnacional", lançado pela ONU (2016), é relevante que todas as esferas do governo estajam atentas para colocar os ODS no centro do desenvolvimento nacional, regional e local, estimulando os governos subnacionais a aderirem a essa agenda em seu planejamento. A publicação brasileira, elaborada pela Confederação Nacional de Municípios (2017: 20), atribui que localizar a Agenda 2030 e os ODS não implica simplesmente uma tradução direta das políticas globais nos contextos locais, mas o fomento de um processo baseado na capacitação e na articulação dos atores locais, conduzindo um desenvolvimento sustentável por meio de ações relevantes para a população local, de acordo com suas necessidades e aspirações.

O Brasil começou a tomar medidas para implementar os ODS. Em outubro de 2016, o Governo Federal criou, por meio do Decreto nº 8.892 (BRASIL, 2016), a Comissão Nacional

para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), uma instância para articulação, mobilização e diálogo entre os entes federativos, a sociedade civil e o setor privado com a finalidade de promover estratégias para internalizar e interiorizar a Agenda 2030. Em 2018, a Comissão elaborou um Plano de Ação e um relatório de suas atividades.No entanto, em 2019, após inúmeras ações da Comissão, o Brasil desativou a instância, e o Presidente também vetou um artigo do Projeto de Lei que estabelece o Plano Plurianual (PPA) e que tratava dos mecanismos de monitoramento e avaliação dos ODS. O governo brasileiro também não vem apresentando os seus relatórios de Revisão Voluntária Nacional (RVN), que prestam contas à comunidade internacional sobre a implementação da Agenda 2030 e dos ODS.

Em 2021, foi apresentado o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR)[8], que é uma ferramenta que pretende gerar um movimento de transformação nas cidades brasileiras. O IDSC-BR é uma iniciativa do Instituto Cidades sustentáveis em parceria *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e financiamento do projeto CITinvoa, para avaliar as linhas de base dos países para os ODS nas análises interdisciplinares necessárias para a implementação e sintetizar os dados disponíveis em nível de país para todas as 17 metas e avaliar o tamanho da lacuna para alcançar os ODS.

Os Quadros 4, 5 e 6 representam os panoramas de desenvolvimento dos ODS nos municípios de Morungaba-SP, Moju-PA e Palmas-TO.

Quadro 1 – Panorama do município de Morungaba-SP

MORUNGABA-SP	**Pontuação geral** **73,4/100**	**Classificação geral** **1ª/770**
Avaliação atual		

8 A pontuação do IDSC-BR é atribuída no intervalo entre 0 e 100 e pode ser interpretada como a porcentagem do desempenho ótimo. A diferença entre a pontuação obtida e 100 é, portanto, a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo. O mesmo conjunto de indicadores foi aplicado a todos os municípios para gerar pontuações e classificações comparáveis.

Fonte: elaborado pela autora com base em dados IDSC-Brasil (2021).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil, as cidades estão classificadas pela pontuação final. A cidade de Morungaba, no estado de São Paulo, lidera a classificação, com uma pontuação de 73,40 pontos. Esse resultado significa que a cidade atingiu três quartos da distância para o desempenho ótimo nos ODS. Em geral, o estado de São Paulo contém as cidades com o melhor desempenho.

No Quadro 5, o desempenho do município de Moju-

Quadro 5 – Panorama do município Moju-PA

MOJU-PA	**Pontuação geral** **32,7/100**	**Classificação geral** **770/770**
Avaliação atual		

Fonte: elaborado pela autora com base em dados IDSC-Brasil (2021).

O município de Moju/PA tem a pontuação mais baixa de 32,70, o que significa que percorreu apenas um terço da distância para atingir os ODS. Esse resultado indica que o município atingiu o menor desempenho no ODS no estado do Pará.

No Quadro 6, o desempenho do município de Palmas-TO.

Quadro 6 – Panorama do município Palmas-TO

PALMAS-TO	**Pontuação geral** **60,17/100**	**Classificação geral** **164/770**
Avaliação atual		

Fonte: elaborado pela autora com base em Dados IDSC-Brasil (2021).

O município de Palmas-TO foi o único contemplando no estado do Tocantins com uma pontuação de 60,17 e com 164 na classificação geral dos 770 municípios. Não há informações nos municípios que fazem parte do Jalapão. Percebe-se que os objetivos atingidos no município de Palmas são os ODS 7 – Energia renovável e acessível abrange 99,68 domicílios com acesso à energia elétrica, ODS 9 – Indústria inovação e infraestrutura em investimento público em infraestrutura como proporção do PIB 38,24 e Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia 44,60 e o ODS 14 – Proteger a vida marinha a meta atingida foi esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (81,00).

Há grandes desafios em relação aos ODS 2 – Erradicar a fome, ODS 3 – Saúde de qualidade, ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 5 – Igualdade de gênero, ODS 10 – Reduzir desigualdades, ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Em relação aos ODS 8 – Trabalho e crescimento econômico e o ODS 11 – Cidades sustentáveis, há desafios significativos como o percentual da população de baixa renda com o tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora de 9,3. Há desafios nos ODS 1 – Erradicação da pobreza, ODS 6 – Água potável e saneamento, ODS 12 – Produção e consumo sustentável, ODS 13 – Ação Climática, ODS 15 – Proteger a vida terrestre e o ODS 17 – Parcerias para a implementação dos Objetivos.

Os 100 municípios que apresentam as melhores pontuações estão nas regiões Sul e Sudeste do país. As cerca de 20 cidades que são líderes nacionais, todas situadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Aproximadamente 80 das 100 cidades que lideram a classificação estão situadas no estado de São Paulo.

Por outro lado, quase todas as cidades do Norte e do Nordeste ocupam os últimos lugares na classificação. São municípios que obtiveram uma pontuação em torno de 30 (de um total de

100) e, portanto, estão apenas no primeiro terço da distância para atingir os ODS. Isso significa que o grau de realização dos ODS varia muito em função da região. As fortes desigualdades regionais ressaltam a utilidade das avaliações subnacionais, uma vez que os indicadores em nível nacional escondem disparidades territoriais significativas.

Além disso, as universidades têm um papel fundamental no cumprimento dos ODS e, ao mesmo tempo, podem se beneficiar bastante ao se comprometerem com tais objetivos. Nesse sentido, as práticas de ensino, pesquisa e extensão devem estar aderentes à Agenda 2030, assim como o planejamento institucional dessas universidades devem voltar-se para as diretrizes de sustentabilidade, fortalecendo a necessidade de se criar um consenso entre todos os níveis da organização acerca da importância da adoção dos princípios da sustentabilidade, e acima de tudo, devem estar integrados com as funções desempenhadas pela comunidade acadêmica. Assim o comprometimento e o engajamento são fatores primordiais para que uma instituição consiga de fato operacionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SERAFINI; MOURA; NOBRE, 2021).

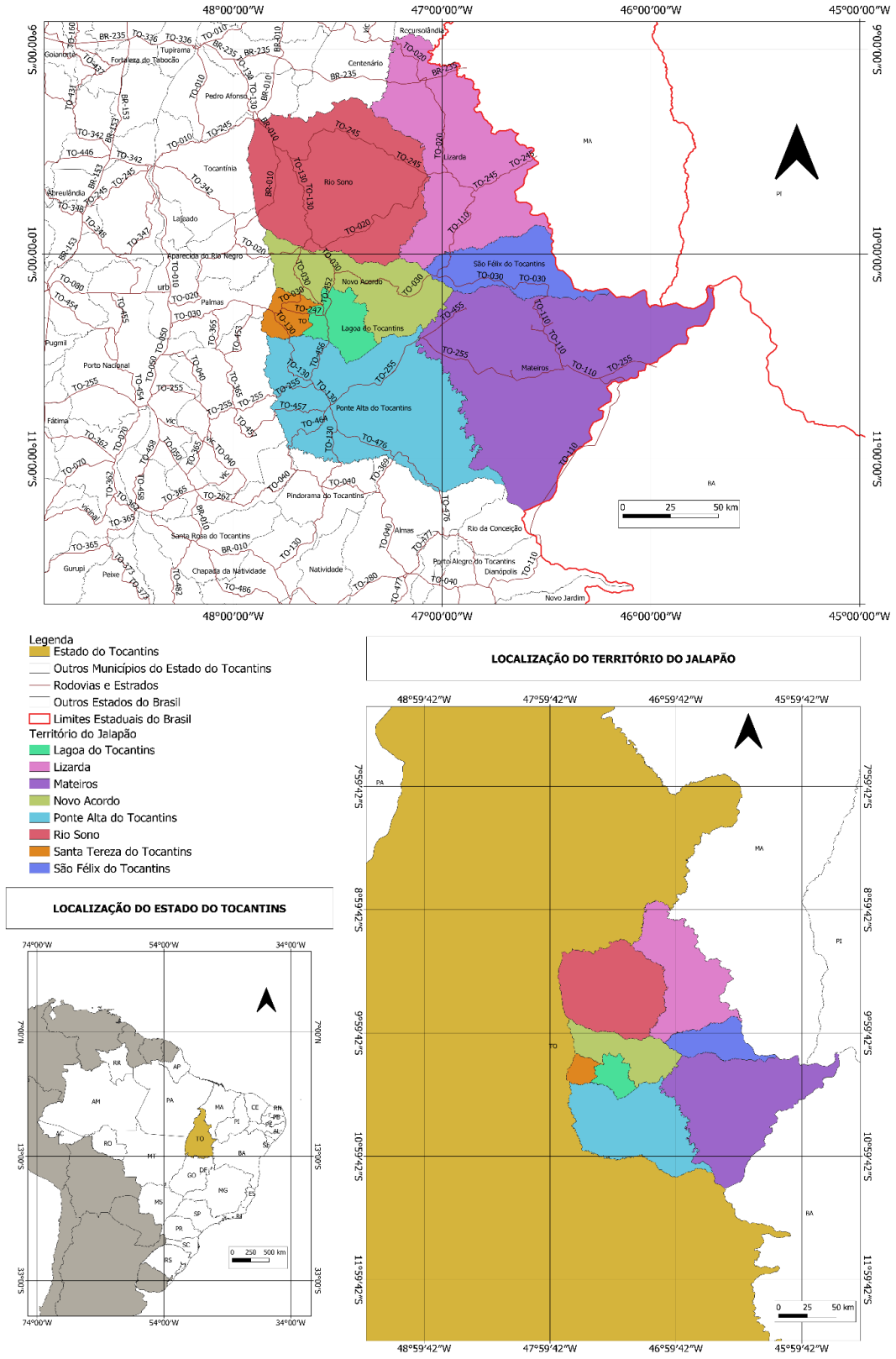
Nesse sentido, o ponto de partida é perceber a valorização da produção e da transmissão de conhecimentos em diferentes áreas nas universidades, contribuindo para a territorialização dos ODS no Brasil. O Selo ODS IES compreende a importância das oportunidades e dos desafios de implementação dos ODS nas universidades, abarcando as singularidades e as diversidades de cada região do país. Os Encontros Regionais pretendem reunir diferentes atores para discutir e refletir acerca de suas vivências universitárias. Espera-se, a partir disso, construir um selo inclusivo e democrático, democratizar o conhecimento acerca dos ODS e ampliar o comprometimento das IES com a implementação da Agenda 2030 (Guia Selo dos ODS Instituições do Ensino Superior, 2020).

A estratégia de mobilização consiste na realização de cinco encontros regionais nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre março e junho, nos quais diversos atores podem contribuir com esse movimento.

4 *LOCUS* DA PESQUISA: A REGIÃO DO JALAPÃO

O local de realização da pesquisa compreende o Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), composto por oito municípios: Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins, que se submetem à política de desenvolvimento territorial no estado do Tocantins. O TCJ está distribuído numa área de 34.284,80 km², correspondente a 12,34% da área total do estado, no extremo leste do estado do Tocantins (SOUZA *et al.*, 2019).

Figura 3 - Localização do Território da Cidadania do Jalapão-TO



Fonte: Elaborado por Viviane Araújo Leal e Wallys Luan Ferreira Copetti, Software, QGIS 2.18.4 com base na Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins (2021).

O TCJ apresenta, conforme IBGE (2015), 3.075 estabelecimentos agropecuários sendo 67,05% estabelecimentos familiares. O município de Rio Sono apresenta o maior índice de estabelecimentos no território. Em contrapartida, Mateiros tem o menor índice de estabelecimentos. Há no TCJ (nos oito municípios) 6.259 pessoas ocupadas com a agricultura familiar, e 189 famílias vivem em assentamentos, que constituem a demanda social do programa conforme o Sistema de Informações Territoriais (2015).

Os municípios que compõem o TCJ possuem uma população estimada de 32.652,68 habitantes, de acordo com IBGE (2019), o que corresponde a, aproximadamente, 3% da população do estado. Conforme o SDT/MDA (2015), a população do território é predominante urbana (62%). Somente o município de Rio Sono, o segundo mais populoso, apresenta uma população rural maior do que a população urbana.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto "Território da Cidadania do Jalapão", do governo federal, por meio da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2015 e 2016, efetivaram uma dinâmica de participação social e de discussão conjunta dos municípios sobre o desenvolvimento do território. Esse é um aspecto de destaque, haja vista o reconhecimento da identidade da região a partir de suas características culturais, ambientais e econômicas (SOUZA *et al.*, 2019).

Hoje o Mosaico do Jalapão (MJ) se localiza em uma das 35 áreas do mundo consideradas como prioridade para a conservação ambiental – o Cerrado. Esse Mosaico reúne nove unidades de conservação dos dois grupos (proteção integral e uso sustentável), no âmbito dos governos federal, estadual, municipal e particular, e abrange 17 municípios nos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, em duas regiões administrativas do país – Norte e Nordeste. De forma contínua, constitui a maior área protegida do bioma.

O MJ é o 15º reconhecido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o terceiro no Cerrado. Foi instituído pela Portaria n. 434, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 189, de 30 de setembro de 2016, após um processo de articulação do Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão, desenvolvido pelo ICMBio e pela Agência de Cooperação do Japão (JICA). Nesse processo, contou com várias parcerias, como os governos estaduais do Tocantins e da Bahia, além das prefeituras municipais da área de abrangência. Esse Mosaico nasceu com a missão de promover a integração entre as diferentes unidades de conservação, envolvendo as instituições e as comunidades tradicionais para, em um esforço conjunto, favorecer o meio de vida, a cultura, o desenvolvimento econômico e social e a biodiversidade.

4.1 Jalapão como região – limites e potencialidades econômicas

A economia da região do Jalapão está baseada no turismo e no artesanato de capim dourado, como Mateiros e São Félix do Tocantins. Porém, a dinâmica econômica entre outros municípios que compõem o território é distinta como se observa em Rio Sono, Novo e Ponte Alta do Tocantins que têm bases na agricultura (SOUZA *et al.*, 2019).

O modo de vida da região é a atividade turística e o agronegócio, com as unidades de conservação criada pelo Poder Público no processo de desenvolvimento. O manejo dos recursos naturais produziu novas práticas adotadas na região ligadas ao turismo, como o surgimento de restaurantes, pousadas, entre outros serviços para os turistas. Essa dinâmica ainda ocorre sem nenhum ordenamento turístico na região (MILAGRES, 2020).

4.2 Jalapão como território - da gestão territorial aos ODS

De acordo com Santos (1999), o território usado é o chão, mas a identidade é o sentimento de pertencimento, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida e o fundamento do trabalho. Os ODS tentam resgatar essas identidades enquanto sujeitos que fazem parte do território, tendo a comunidade inserida na ampliação das capacidades locais dos municípios para fortalecer o desenvolvimento econômico, social e ambiental dessas cidades com base na Agenda 2030.

Nessas comunidades quilombolas que pertencem ao território são: Comunidade do Prata, em São Félix do Tocantins - TO; Comunidade Mumbuca, em Mateiros - TO; Comunidades Carrapato, Formiga e Ambrózio, em Mateiros - TO; Comunidades Margens do Rio Novo, Rio Preto e Riachão, em Mateiros - TO.

Diante disso pensar no desenvolvimento territorial sustentável é importante para a construção de projetos de desenvolvimento que respondam às necessidades das comunidades locais, às suas expectativas e que, além disso, se inscrevam harmoniosamente em suas realidades sócio-históricas (JEAN, 2010), decorrendo de um processo de “construção social”. Além disso, deve-se reconhecer que há muitos projetos e programas, delineados nas instâncias estaduais e federais, que influenciam os governos locais, mas que são incapazes de criar caminhos que permitam sua sustentabilidade.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) oferece contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas

a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é importante por combinar três indicadores de base não considerados no PIB: a esperança de vida ao nascer (longevidade), o rendimento per capita (renda) e a escolaridade (educação) da população.

4.3 Perspectivas dos ODS para o Jalapão

Os desafios dos ODS para o futuro das cidades são complexos e desafiadores, isso porque governos e sociedades locais, ao assumirem um conjunto de compromissos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, se comprometem a enfrentar alguns dilemas que serão fundamentais para o futuro: poluição; mudança climática; degradação ambiental; precariedade dos serviços de mobilidade urbana; criminalidade; pobreza; desigualdade; desemprego e problemas de acesso e qualidade do ensino básico (ONU-HABITAT, 2019). Além disso, estabelecer um processo de monitoramento dos indicadores da Agenda 2030 para a escala municipal no Brasil é desafiador.

O monitoramento dos ODS no âmbito municipal é identificar os tipos de fontes de informação, relacionado a diferentes formas de coleta dos dados, questões técnicas relacionadas ao desenho institucional e aos instrumentos e às formas de coleta e produção estatística. Por outro lado, a existência de plataformas e programas que buscam estimular agendas relacionadas à gestão sustentável das cidades serve como base para avançar nessa busca (WISSENBACH; BICEV, 2019).

De acordo com o Índice de desenvolvimento sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), a avaliação faz uso de 88 indicadores para acompanhar o desempenho municipal nos 17 ODS. No Tocantins, não foi possível cobrir todas as dimensões dos objetivos desejadas por causa da falta de dados nas fontes públicas oficiais. Será essencial que se invista mais nos sistemas de estatística administrativos para garantir a disponibilidade de dados-chave para monitorar os ODS. Outra limitação no índice é o ano de referência para alguns indicadores por falta de atualização, alguns dados apresentados são relativamente antigos.

Quando se trata de estudar o desenvolvimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é nítida a dinâmica entre atores e variáveis existentes em e um cenário onde há falta de ações de planejamento para o enfrentamento de desafios cada vez mais complexos para os gestores públicos e para os demais atores locais. A grande multiplicidade de relacionamentos, alta variedade cultural e intensa diversidade social no desenvolvimento local envolve um alto nível de complexidade, sendo necessário explorar o problema a partir da visão do todo, levando também em conta as diversas interações possíveis entre os atores sociais

(FREITAS; SILVA, 2016).

Lançado pela ONU (2016), o documento “Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional” ressalta que todas as esferas do governo devem estar atentas para colocar os ODS no centro do desenvolvimento nacional, regional e local, estimulando os governos subnacionais a aderirem a essa agenda em seu planejamento. De acordo com a publicação brasileira elaborada pela Confederação Nacional de Municípios (2017, p. 20), “localizar a Agenda 2030 e os ODS não requer simplesmente uma compreensão direta das políticas globais dentro dos contextos locais”. Requer, sim, fomentar um processo baseado na capacitação e na articulação dos atores locais, dirigido a alcançar o desenvolvimento sustentável por meio de ações relevantes para a população local, de acordo com as suas dificuldades e aspirações. Tais contribuições podem ajudar a identificar os pontos críticos locais com a intenção de indicar prioridades para implementar os ODS.

A sinergia entre os ODS 1 (erradicação da pobreza) e ODS 10 (superação das desigualdades) também diz respeito à nova crise do coronavírus que trouxe à tona a fragilidade dos sistemas públicos de bens e serviços, causada principalmente pelo déficit de investimentos em proteção social. Se um dos desafios proeminentes é a recuperação da pandemia, deve-se basear em ações diversas em prol do desenvolvimento sustentável e fortalecimento dos sistemas de proteção universal social. Portanto, a cooperação regional torna-se imprescindível e direciona esforços em direção a uma sociedade mais justa (GEHRE; LUCENA 2020).

De acordo com Abrahão (2017), o foco deve ser o avanço nos municípios. Os esforços dos gestores das cidades conseguirem alocar verbas em áreas prioritárias podem ter avanços. Além disso, muitas organizações de cooperação internacional vão cobrar alinhamento com os ODS para financiar projetos relacionados à Agenda 2030.

O planejamento é uma das tarefas essenciais da gestão governamental e é por meio do Plano Plurianual que se definem os rumos e as prioridades pretendidas para a cidade. É fundamental que esse documento contemple a localização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de modo que os projetos e atividades previstos estejam vinculados aos ODS.

4.4 Descrição dos municípios do Jalapão

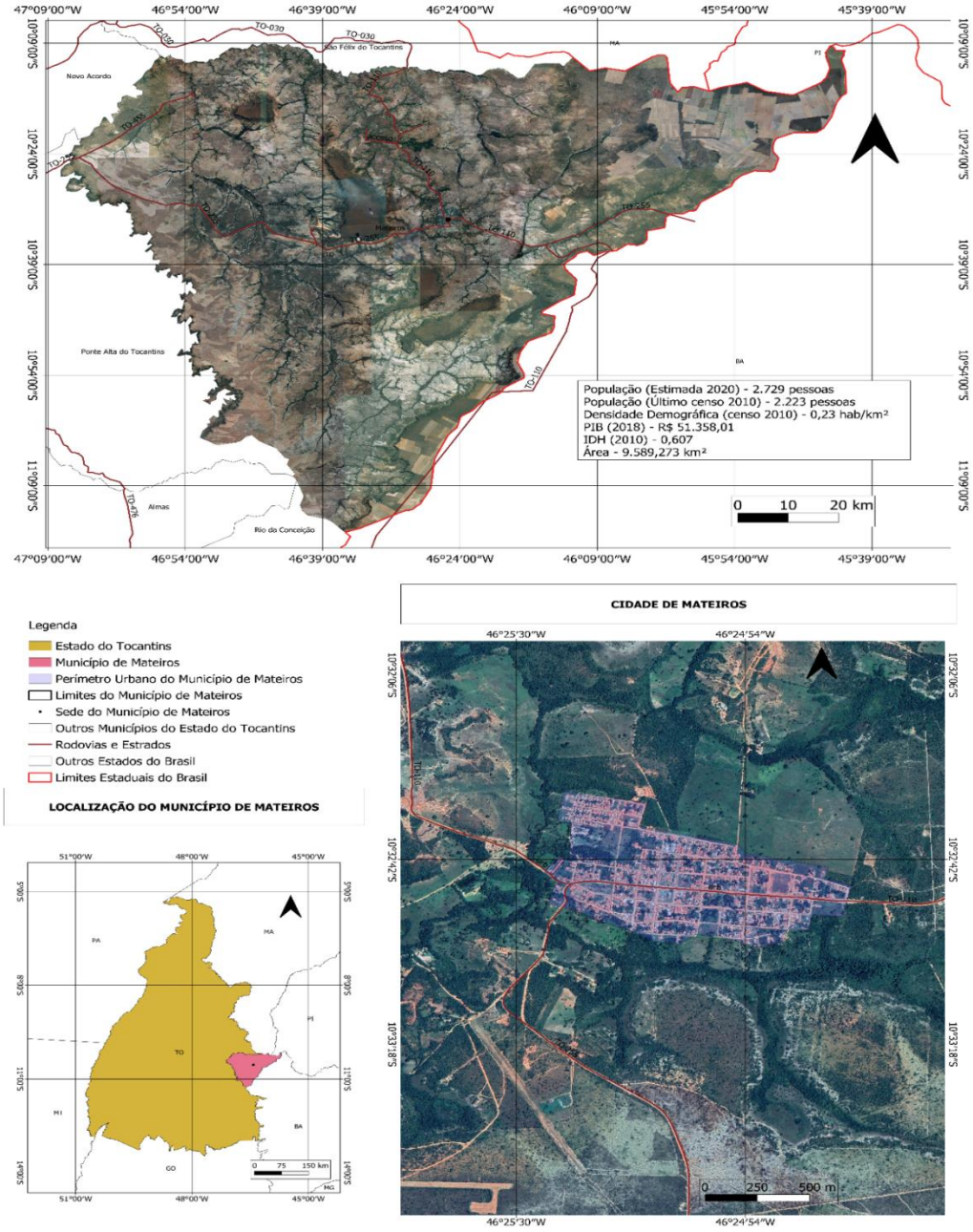
Os municípios estudados na pesquisa foi três que pertenceram (ao TCJ: Ponte Alta, São Félix e Mateiros.

4.4.1 Município de Mateiros

O município de Mateiros localiza-se na região leste do estado do Tocantins, a 310 km da capital, Palmas, na latitude 10º32'51" sul e longitude 46º25'16" oeste, a uma altitude de 493 metros. É o único município do Tocantins que faz divisa com o Piauí, possui 9.591,543 km² e é o segundo maior município em extensão no Tocantins. Foiundado por José de Ribamar Costa Filho, nome do primeiro prefeito eleito da cidade. Os dados na prefeitura reforçam que o distrito foi criado com a denominação de Mateiros no ano de 1963, ligado ao município de Ponte Alta do Norte até 1991, quando foi emancipado após divisão territorial do estado do Tocantins (MILAGRES 2020).

Segue o mapa de localização do municío de Mateiros - TO

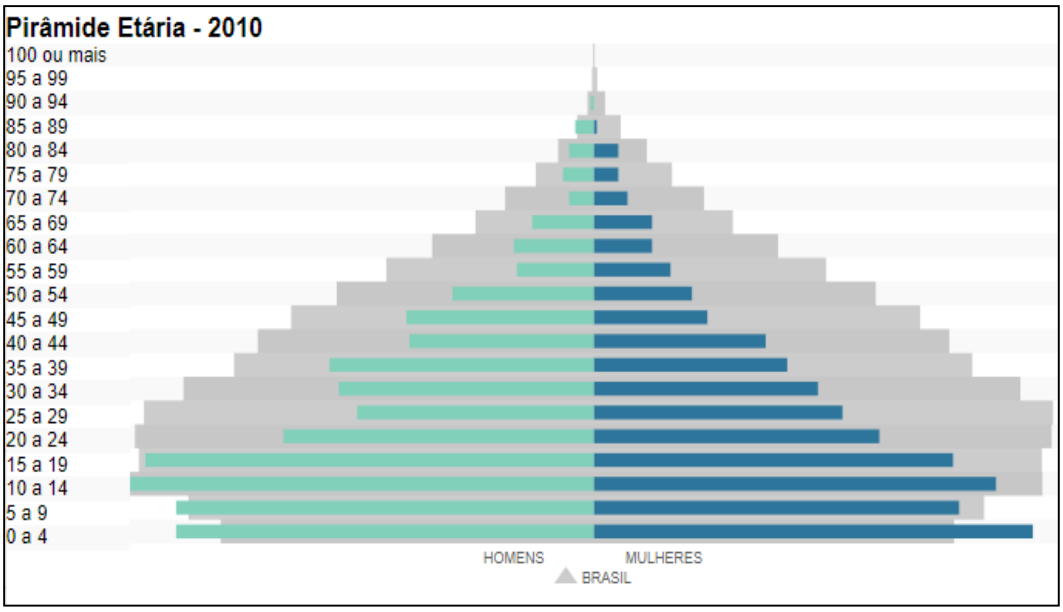
Figura 4 – Localização do município de Mateiros nos municípios do TCJ



Fonte: Google satélite; elaborado por Viviane Araújo Leal e Wallys Luan Ferreira Copetti, Software, QGIS 3.16 com base na Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins – SEPLAN (2021) e IBGE (2021).

A cachoeira da Formiga, a cachoeira da Velha, o Fervedouro, as dunas do Jalapão, além da serra da Muriçoca e a pedra da Baliza são os atrativos naturais estão localizados na região (IBGE, 2019). O município é referência na produção do artesanato de capim dourado. Conforme o Censo 2010, a população de Mateiros era naquele ano de 2.223 habitantes, distribuídos entre 1.187 homens e 1.036 mulheres. A Figura 5 apresenta o gráfico da pirâmide etária da população.

Figura 5 - Pirâmide etária do município de Mateiros – 2010



Fonte: IBGE (2020).

O município de Mateiros apresentou, em 2015, um Produto Interno Bruto de R$ 23.007,87, alcançando a 20ª posição na classificação estadual e a 1.736ª no país. O percentual das receitas oriundas de fontes externas equivale a 93,5%. O salário médio mensal era de 1,7 salário-mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, segundo estudo do IBGE no ano de 2017, era de 11,6% (IBGE, 2020). O Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,607.

Mateiros possui oito unidades escolares. Conforme o IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 95,8%, representando a 110ª posição na classificação estadual. O município possui 35 docentes atuantes no Ensino Fundamental e 13 no Ensino Médio (Quadro 6).

Quadro 06 – Dados da Educação no município de Mateiros-TO

Dados	**Quantitativo**
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,8%
IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (rede pública) [2017]	4,7
IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (rede pública) [2017]	4,0
Matrículas no Ensino Fundamental [2018]	533
Matrículas no Ensino Médio [2018]	124
Docentes no Ensino Fundamental [2018]	35
Docentes no ensino médio [2018]	13
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	7
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	1

Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

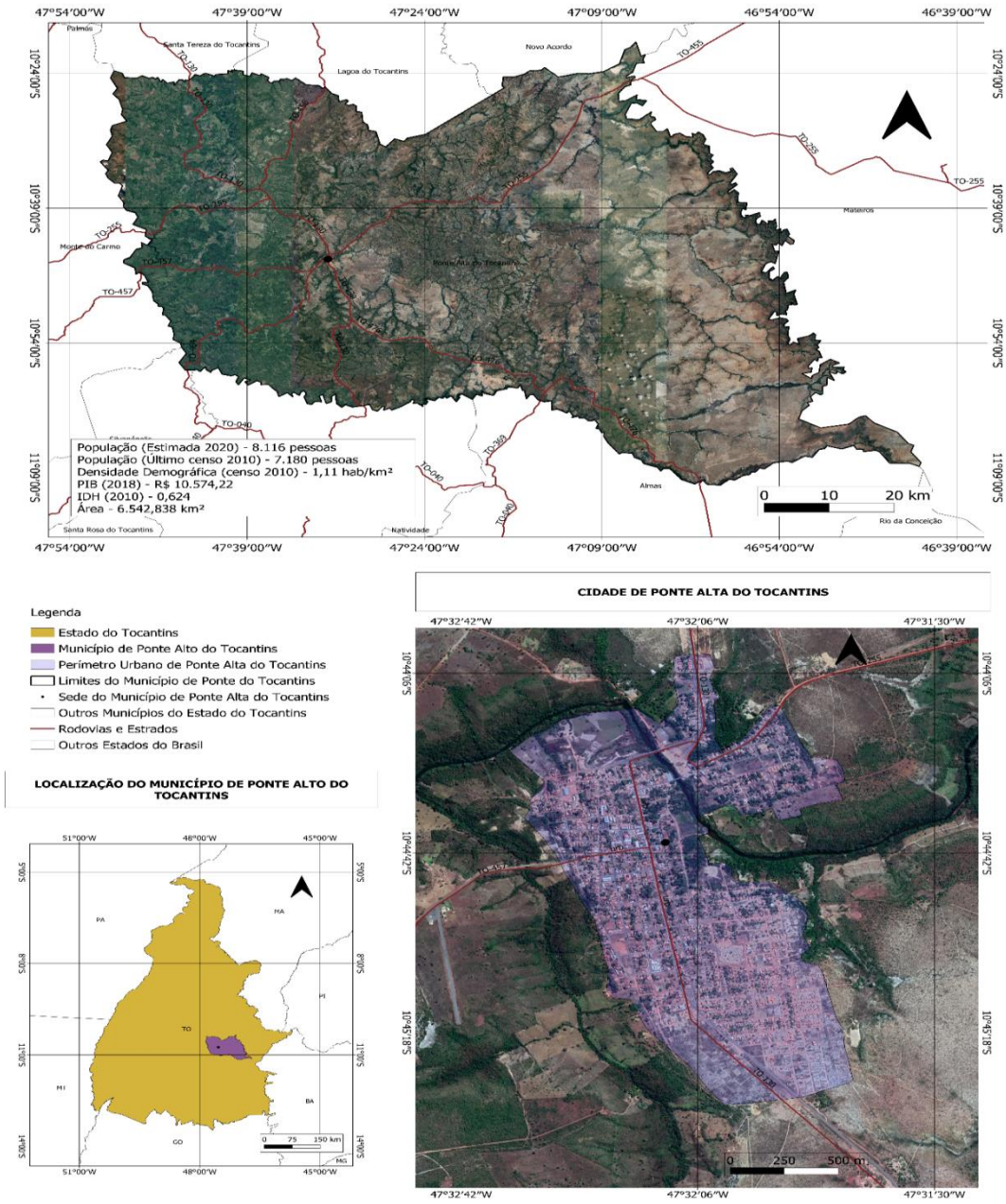
No município, há apenas um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), denominado de Unidade Básica de Saúde (UBS), conforme dados da Secretária Municipal de Saúde. Não há laboratório algum de análises clínicas e, para a realização de exames, a população necessita ir até Porto Nacional, Dianópolis ou Palmas.

Os dados do município no IBGE Cidades do censo de 2010 registraram que, em Mateiros, 10,4% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 33,7% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização e 0% em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). A cidade não possui aterro sanitário e utiliza lixões para o descarte de resíduos sólidos.

4.4.2 Município de Ponte Alta do Tocantins

Ponte Alta do Tocantins localiza-se a uma latitude 10º44’38” Sul e a uma longitude 47º32’10” Oeste (Figura 6), estando a uma altitude de 294 metros. Sua população estimada, em 2010, era de 7.180 habitantes. Possui uma área territorial de 6.542,838 km^2.

Figura 6 – Localização do município de Ponte Alta do Tocantins



Fonte: Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins – SEPLAN; IBG; Google satélite; elaborado por Viviane Araújo Leal e Wallys Luan Ferreira Copetti, Software, QGIS 3.16

De acordo com o IBGE Cidades (2021), à margem do Rio Ponte Alta, no fim do século XIX, já se encontravam seus primeiros moradores. Canoeiros, caçadores e pescadores davam início à vida social nessa localidade. Na época das patentes de capitães e coronéis, instalou-se, no emergente povoado vindos de sua fazenda Mata Nova, a família Mascarenhas.

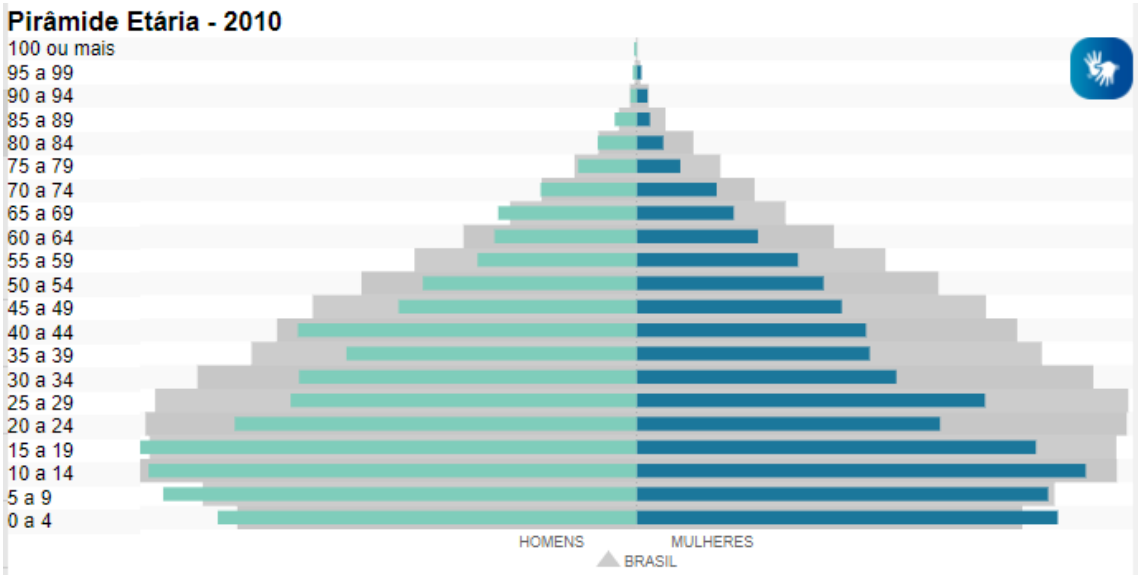
Acelerava-se o nascimento de um futuro município, o qual estimulava a mudança de outras famílias, crescendo assim um dos distritos de Porto Nacional. Passados os tempos, formou-se o povoado batizado de Ponte Alta do Norte, nome que teve origem por causa de uma

árvore caída à margem do rio, a qual servia como ponte, dando passagem a pedestres de uma margem a outra.

Como áreas de lazer, destacam-se em Ponte Alta os atrativos mais interessantes do Jalapão, o Cânion Sussuapara, com suas águas límpidas e cristalinas, que descem por fendas entre os paredões de cerca de 12 m de altura. A 16 km do centro da cidade, uma boa pedida é apreciar o pôr do sol na Pedra Furada, um gigantesco conjunto de blocos areníticos esculpidos pelos ventos há milhões de anos.

Conforme o censo 2010, a população de Ponte Alta é de 7.180 habitantes, distribuídos entre 931 homens e 506 mulheres. A Figura 11 apresenta o gráfico da pirâmide etária da população.

Figura 7 – Pirâmide etária do município de Ponte Alta do Tocantins – 2010



Fonte: IBGE (2020).

O município de Ponte Alta apresentou, em 2018, um Produto Interno Bruto de R$10.574,22 alcançando a 139ª posição na classificação estadual e a 5.570ª no país. O salário médio mensal era de 1,7 salário-mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população, segundo estudo do IBGE no ano de 2018, era de 6,4% (IBGE, 2020). O Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,62.

Quanto aos sistemas de comunicação, a prefeitura do município conta com uma página na internet[9] para divulgação de informações referentes às ações do governo municipal e algumas

9 Disponível em: www.pontealtadotocantins.to.gov.br/. Acesso em: 10 fev. 2021.

festividades.

Em Ponte Alta do Tocantins, há nove unidades escolares de Ensino Fundamental e 1 de Ensino Médio. Conforme o IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 95%, alcançando a 139ª posição na classificação estadual. O município possui 68 docentes atuantes no Ensino Fundamental e 19 no Ensino Médio, conforme a Quadro 7.

Quadro 07 – Dados da educação no município de Ponte Alta-TO

Dados	**Quantitativo**
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95%
IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (rede pública) [2017]	5%
IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (rede pública) [2017]	4,6%
Matrículas no Ensino Fundamental [2018]	1.314
Matrículas no Ensino Médio [2018]	262
Docentes no Ensino Fundamental [2018]	262
Docentes no Ensino Médio [2018]	19
Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental [2018]	9
Número de estabelecimentos de Ensino Médio [2018]	1

Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

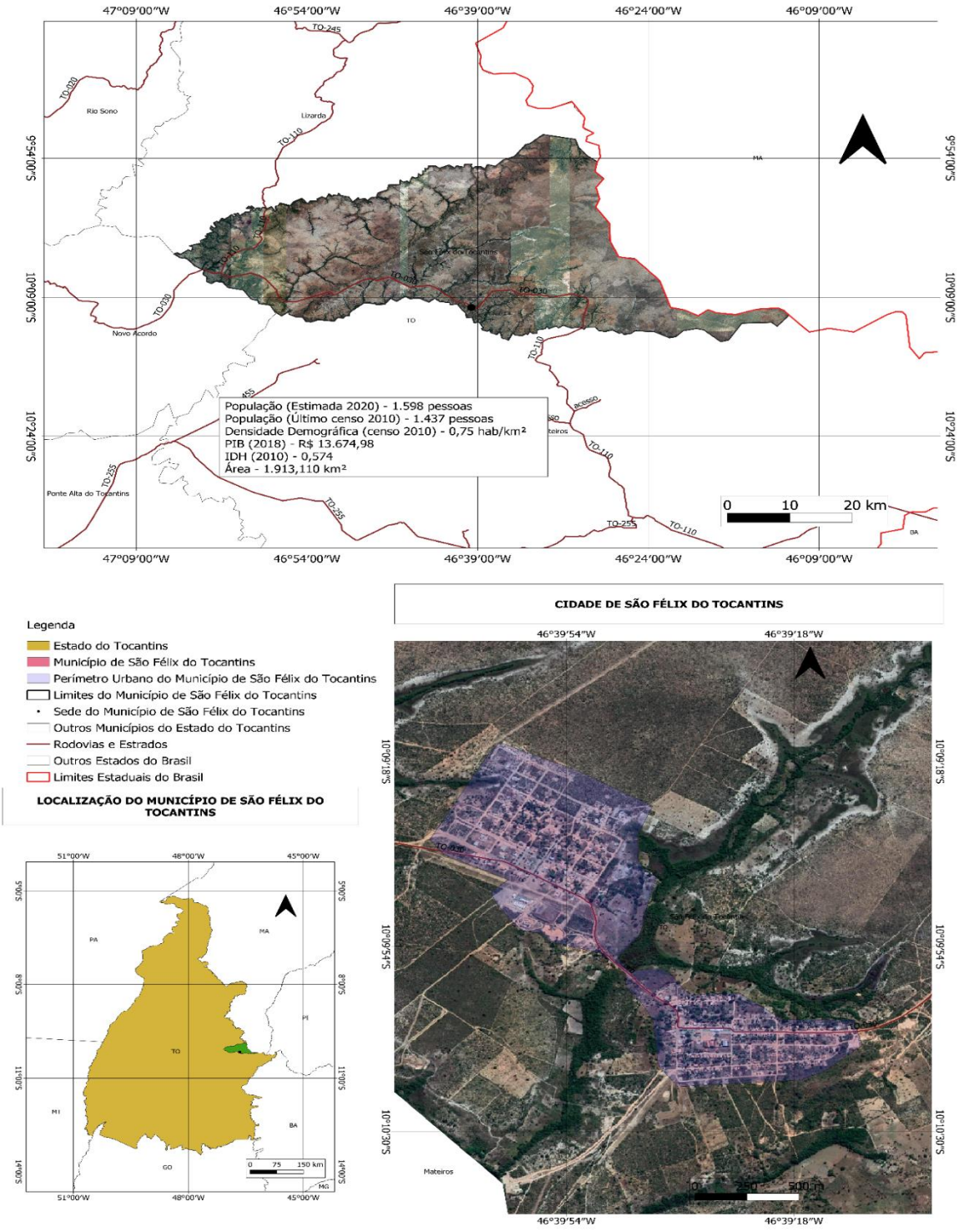
Os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Ponte Alta do Tocantins apontam a existência no município de dois estabelecimentos SUS – a Unidade Básica de Saúde (UBS). O município apresenta 68,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 3,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 62,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2021). Não há aterro sanitário e o descarte de resíduos sólidos é feito em lixões.

Entre as festividades que reúnem os moradores locais, está o Festejo de São Sebastião, homenageado no dia 20 de janeiro, a Festa do Divino, entre maio e junho, e o festejo do Padroeiro Bom Jesus do Aflito, em junho, e a comemoração do aniversário da cidade.

4.4.3 Município de São Félix do Tocantins

São Félix do Tocantins foi constituído a partir do arraial formado em 1736, por obra do Sr. Carlos Marinho (comerciante), tido como representante dos pioneiros da região. Segundo o levantamento histórico do IBGE Cidades, seu povoamento teve início com os migrantes nordestinos vindos principalmente do Piauí, do Maranhão e da Bahia. Com o crescimento urbano, o município ficou claramente dividido em duas partes, separadas pelo ribeirão São Félix (MILAGRES, 2020).

Figura 8 – Mapa de localização do município de São Félix-TO



Fonte: Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins – SEPLAN; IBG; Google satélite; por Viviane Araújo Leal e Wallys Luan Ferreira Copetti, Software, QGIS 3.16.

Geograficamente, é o município mais central da região do Polo Turístico do Jalapão[10],

10 Disponível em: www.saofelix.to.gov.br. Acesso em: 23 fev. 2021.

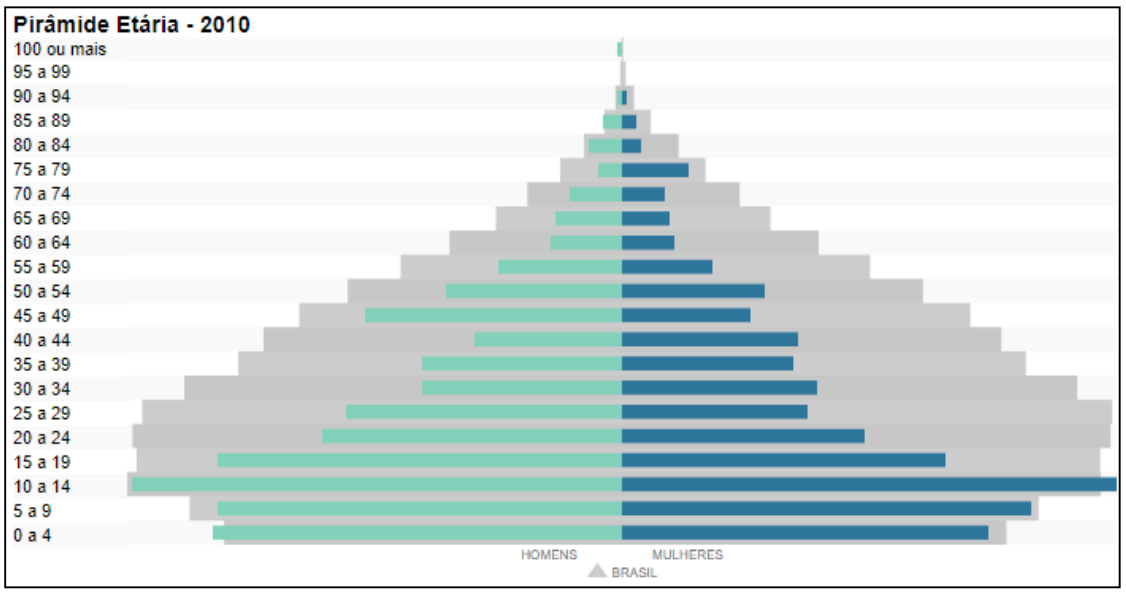
limitando-se ao norte com o município de Lizarda, ao sul com Mateiros, a oeste com Novo Acordo e a leste com o estado do Maranhão.

Os atrativos turísticos em São Félix do Tocantins são a praia do Alecrim e a praia Rica, que ficam às margens do rio Soninho (Sono); a cachoeira da Jalapinha; a praia do Arapuá; encontro do rio Sono com o rio Novo e o Fervedouro do Alecrim, poço de água morna e borbulhante em decorrência das nascentes que brotam da areia. Foram os primeiros atrativos explorados no município pelos ecoturistas (IBGE, 2020).

O capim dourado é coletado no município uma vez ao ano e com o qual são feitos chapéus, cintos, bolsas, jogos americanos *(sousplats*), tiaras, mandalas, caixas etc. (IBGE, 2020).

Conforme o censo 2010, a população de São Félix do Tocantins é de 1.437 habitantes, distribuídos entre 931 homens e 506 mulheres. A Figura 9 apresenta o gráfico da pirâmide etária da população.

Figura 09 – Pirâmide etária do município de São Félix do Tocantins



Fonte: IBGE (2020).

São Félix do Tocantins se destaca na agropecuária, na mineração e no turismo. Conforme o IBGE (2020), o município apresentou, em 2015, um Produto Interno Bruto de R$ 11.503,86, alcançando a 99ª posição na classificação estadual e a 3.547ª no país. O percentual das receitas oriundas de fontes externas equivale a 97%. O salário médio mensal era de 1,5 salário-mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,6%. Já o percentual da população com rendimento mensal per capita de até ½ salário-mínimo é de 51,5%. O Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,574.

Há em São Félix do Tocantins sete unidades escolares. Conforme o IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 94%, alcançando a 137ª posição na classificação estadual. O município possui 22 docentes atuantes no Ensino Fundamental e 14 no Ensino Médio, conforme a Quadro 8.

Quadro 8 – Dados da educação do município de São Félix-TO

Dados	**Quantitativo**
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94%
IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (rede pública) [2017]	4,8%
IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (rede pública) [2017]	4,1%
Matrículas no Ensino Fundamental [2018]	380
Matrículas no Ensino Médio [2018]	94
Docentes no Ensino Fundamental [2018]	22
Docentes no Ensino Médio [2018]	14
Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental [2018]	6
Número de estabelecimentos de Ensino Médio [2018]	1

Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

Em São Félix do Tocantins, há um estabelecimento SUS – a Unidade Básica de Saúde (UBS), segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde. O município apresenta 68,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 95,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2020). Não há aterro sanitário, e o descarte de resíduos sólidos é feito em lixões.

Os moradores locais se reunem em festividades na Festa da Padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, homenageada no dia 8 de dezembro, e na comemoração do aniversário da cidade.

5 METODOLOGIA

5.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa, em sua essência, é um trabalho que está de acordo com o novo paradigma do desenvolvimento de Sen (2019). A temática abordada envolve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o desenvolvimento territorial. Esses objetivos globais são um chamado para a construção de um futuro inclusivo, resiliente e sustentável para todas as pessoas e todo o planeta. O desenvolvimento municipal sustentável é um fato complexo. Para que seja possível entender, é necessário levar em consideração como se comportam as interações de atores envolvidos em processo dinâmico, transformando constantemente o sistema social de uma determinada região.

Assim, o principal objetivo desta pesquisa consiste na percepção do estágio de implementação dos ODS nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), na perspectiva territorial, tal como conhecer os estágios de desenvolvimento territorial sustentável implementados no TCJ, caracterizar e quantificar as ações implementadas pelas prefeituras do território do Jalapão que contemplam os ODS, previstos na agenda 2030. A base metodológica ocupa-se de uma abordagem qualitativa e tem propósitos exploratórios e descritivos. Para tanto, os instrumentos a serem utilizados envolvem entrevistas semiestruturadas direcionadas aos gestores públicos, comunidade e profissionais que trabalharam no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do TCJ. As informações foram obtidas, por meio da aplicação de entrevista e questionário *Google Forms* aplicados aos públicos categorizados.

A abordagem qualitativa é a que melhor se ajusta às pesquisas que envolvem os seres humanos e as suas relações sociais. A abordagem permite extrair e mensurar significados e categorias, por vezes, imperceptíveis. A ênfase é voltada para compreensão, classificação ou definição dos processos de mudança e das informações que a população amostral poderá fornecer (GODOY, 1995; NEVES, 1996; CHIZZOTTI, 2003; TEIXEIRA, 2003).

A pesquisa descritiva proporciona melhor relação entre a temática proposta e os resultados apresentados pelos atores chaves da pesquisa, o que evidencia o interesse em descobrir e observar fenômenos, procurando classificá-los conforme Vergara (2016). Descritiva porque visa investigar a percepção dos atores chaves do Território da Cidadania do Jalapão como eles compreendem os objetivos do desenvolvimento sustentável a partir da gestão

social[11].

A pesquisa exploratória contempla uma reflexão temática sobre a análise do estágio de implementação das ODS nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Jalapão, na perspectiva territorial. Segundo Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2003), esse tipo de pesquisa tem como principal propósito desenvolver o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Em um segundo momento, abarca a caracterização da situação-problema, do objeto e das teorias, proporcionando aproximação da realidade que se pretende pesquisar e dilatação do conhecimento.

Portanto, com intenção de esclarecer os métodos e as técnicas utilizados nesta dissertação para se atingir tanto o objetivo geral como os objetivos específicos, serão abordados na pesquisa um roteiro metodológico dividido em três etapas. A primeira é a pré- análise, que abrange o estudo documental e bibliográfico, que consiste na delimitação, na análise e na discussão da fundamentação teórica. Essa etapa tem como função fundamental articular e propiciar o exame do tema (CERVO; BERVIAN, 2002).

A segunda envolve o levantamento dos dados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com informantes qualificados. Por meio dessa etapa, busca-se obter respostas para a problemática suscitada. A entrevista semiestruturada harmoniza perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista, o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada (MINAYO, 2010). Os informantes qualificados são as pessoas que possuem algum tipo de autoridade no assunto tratado, como gestores, líderes sindicais ou alguém com conhecimento técnico específico. A entrevista pelo *Google Forms*, uma ferramenta gratuita para criar e compartilhar questionários, assim como, acompanhar suas respostas de forma *on-line,* é uma alternativa de obter algumas das qualidades da entrevista presencial, devido à pandemia que atendendo às recomendações da OMS não recomendava os encontros físicos.

Em consideração aos objetivos propostos e a problemática, a terceira e última etapa consiste na análise e na interpretação dos dados levantados. "[É] o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, [...] natureza do texto, conceitos-chave" (CELLARD, 2008, p. 303). Essa discussão evidencia a compilação dos elementos e componentes para redação final da dissertação.

[11] Segundo Tenório (2008), a gestão social é entendida como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais).

5.1.1 Critérios de inclusão

A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa foi realizada de forma intencional, com vistas a contemplar os objetivos traçados, assim como tecer considerações em relação ao pressuposto levantado.

A partir das características da pesquisa e considerando o tamanho do universo a ser pesquisado, a definição da população amostral circunda três sujeitos participantes, que, de modo efetivo, cerca os profissionais que trabalharam diretamente no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e que respondiam ao cargo de coordenação do projeto e comunidade que pertence aos municípios do TCJ.

Além disso, em relação aos representantes do poder público municipal, foram selecionados os três prefeitos e gestores municipais do Território da Cidadania do Jalapão. Junto a esses sujeitos, investigam-se as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável implementadas no TCJ.

5.1.2 Coleta de dados primários e secundários

Os dados qualitativos desta pesquisa possuem origens diferentes, dispensados a exploração do material com vistas a potencializar o entendimento e, como resultado, desenvolver as discussões relacionadas à temática proposta. Com efeito, conjugam os dados primários e secundários.

As fontes secundárias compreendem o ponto incipiente para este estudo. Contornam as referências bibliográficas, amparadas por dissertações, teses, artigos científicos e livros e pesquisas a sites da Organização das Nações Unidas e da rede brasileira de pesquisa e gestão em desenvolvimento territorial. A pesquisa bibliográfica, em consonância com Boccato (2006, p. 266),

> [...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A coleta de informações provenientes dos dados secundários é indispensável à concretização deste ensaio. Segundo Gil (2002), essa pré-análise do arcabouço teórico é fundamental para atualizar, sobretudo, obter informações relevantes, bem como estruturar, de modo analítico-conceitual, os resultados qualitativos levantados com a pesquisa de campo.

A compreensão dos conceitos para o desenvolvimento do projeto, observam: desenvolvimento, território e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ajustados em duas seções voltadas para a estrutura da ONU e as ODS e os Objetivos do Milênio para os ODS.

Outrossim, à luz da pesquisa documental, com o uso de documentos: relatório final do projeto "Gestão social no Tocantins: o controle social regional – Jalapão e Médio Araguaia" e Livro Ata do Colegiado TCJ, pretende-se discutir e favorecer conceitos e práticas, entre outros (CELLARD, 2008), que colaboram para nomear a contribuição das políticas públicas desenvolvidas no Jalapão. Godoy (1995, p. 24) ressalta que esse resgate possibilita "interpretações novas e/ou complementares".

As fontes primárias que contemplam a pesquisa de campo pontuam a construção de informações diretas. Esta pesquisa guarda relação com fontes tais como observação, questionário e a entrevista (VERGARA, 2016).

A observação é classificada como simples, mantendo um certo distanciamento dos participantes ou da situação que se anseia estudar. A técnica da observação seguiu roteiro pré-definido que não consiste apenas em ver e ouvir, mas em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar de forma crítica (MARCONI; LAKATOS, 2003). O questionário caracteriza-se por uma série de questões – abertas e ou fechadas – apresentadas aos autores respondentes, de forma auxiliar a entrevista e ferramenta utilizada para tal (VERGARA, 2016).

A entrevista semiestruturada tem como objetivo específico a coleta de dados por meio de mídia interativa, a videoconferência, o que, de forma criativa, permite maior interação com os participantes e, igualmente, maior contextualização entre a proposta desenvolvida. A motivação, para uso de recursos interativos, é evidenciada pela enfermidade epidêmica amplamente disseminada, o COVID-19[12] e, consequentemente, o isolamento social.

No início os percursos metodológicos pensados para desenvolver a pesquisa, entre os caminhos possíveis, esta foi estruturada para aplicar a Pesquisa de Campo, ao iniciar a pesquisa, não se tinha o cenário da COVID-19, que se alastra até o presente. Diante desse cenário, foi preciso repensar os percursos metodológicos. O objetivo geral da pesquisa é verificar a percepção participante do TCJ, em relação aos ODS e identificar quais os desafios que dificultam a implementação no território. Portanto, a pesquisa seria adotada a metodologia de

[12] O COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves (Organização Mundial de Saúde – OMS, 2020). Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, foi adotado o isolamento social com medida de prevenção à doença (BRASIL, 2020).

pesquisa-ação. Desenhou-se uma estrutura metodológica para alcançar o objetivo proposto, componentes dos territórios que compreende os municípios do TCJ.

Como explica Martinelli e Joyal (2004), quando se trata de estudar a percepção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é nítida a dinâmica entre os atores locais e as variáveis existentes em um cenário com dificuldades envolvendo multiplicidade de relacionamentos, variedade cultural e diversidade social. Dessa forma, os objetivos e as metas são aspectos mais visíveis da Agenda e estão muito além, pois incorporam diversos compromissos aprovados em conferências multilaterais sobre questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Nos caminhos metodológicos, optou-se escolher os municípios que compõem a Região do Jalapão, especificamente, os que integravam o Território da Cidadania do Jalapão. Aqui se faz necessário explicar que a Região do Jalapão recebe várias nomenclaturas territoriais, constituídas por meio de leis, decretos e consórcios. Para efeito de recorte territorial e temporal, a pesquisa foi desenvolvida nos municípios que estão formalmente na Região do Jalapão. O Território da Cidadania do Jalapão era um projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de 2015 a 2020 e tinha por objetivo contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero nos territórios Médio Araguaia e Jalapão na perspectiva da gestão social e governança territorial.

Com a mudança da metodologia da pesquisa, adotaram-se as seguintes trilhas ao fazer a pesquisa: aplicou-se a metodologia de entrevistas semiestruturadas com informantes qualificados, categorizados: Informante A, B, C e D. Eles são descritos como (A) gestores eleitos para administrar a cidade; (B) os gestores secretários; (C) coordenadores/TCJ e (D) absorve toda a população contemplada com as ações do projeto.

Para mensurar o impacto das ações dos TCJ, nos municípios, categorizados, partiu-se de três questões: a) qual a percepção ou perspectiva dos atores chaves no território do jalapão em relação aos ODS; b) grau de participação; c) identificar ações implementadas pelas prefeituras do Território da Cidadania do Jalapão que contempla os objetivos de desenvolvimento sustentável previstos na agenda 2030.

5.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um método de análise que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem (FRANCO, 2008).

O processo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011) prevê três fases fundamentais: 1) pré-análise 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

De acordo com Franco (2008), a atividade inicial traduz-se em uma leitura flutuante de todo o universo documental demarcado pelo(a) pesquisador(a). A leitura visa conhecer o material; criar e deixar-se invadir por impressões e orientações que apoiarão a compreensão de ideias iniciais, bem como colaborar para a constituição de um *corpus*, isto é, a delimitação do material.

Segundo Moraes (1999), a categorização é, sem dúvida, uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo. Entretanto, seja com categorias definidas a priori, seja com uma categorização a partir dos dados, o estabelecimento de categorias necessita obedecer a um conjunto de critérios. As categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas. A classificação de qualquer elemento do conteúdo deve ser mutuamente exclusiva. Finalmente uma classificação deve ser consistente. Mesmo admitindo diferenças na aplicação e na interpretação desses critérios, é importante discuti-los e compreendê-los. O eventual não atendimento a algum deles numa pesquisa deve ser justificado adequadamente. Dessa maneira, a sistematização na pré-análise serve para preparação do material a ser investigado, o que permite ao pesquisador(a) conduzir os sucessivos procedimentos de análise.

O momento da exploração do material ocupa-se de uma descrição objetiva e sistemática do *corpus* submetido à análise. É fundamental, pois contribui, diretamente, para as inferências e as interpretações realizadas posteriormente. Os procedimentos adotados fundam-se na codificação e categorização (BARDIN, 2011).

A codificação corresponde ao tratamento do *corpus*. Nesse momento, devem-se ponderar três estágios: recorte, classificação e agregação. Ao codificar, o(a) pesquisador(a) reconhece o recorte nos textos em análise, o que significa extrair do material bruto unidades de registro[13]. Essas unidades afiguram-se em palavras, frases, parágrafos, temas ou outros, que conjugam a representação do conteúdo dos textos (FRANCO, 2008).

A classificação e a agregação são um esforço para escolher as categorias[14]. Para Bardin (2011), isso ocorre mediante o estabelecimento de critérios de agrupamento. Esses critérios

[13] Unidade de registro ou de análise ou de significado é um elemento unitário de conteúdo analisado – o que se conta – e que será submetido à classificação (BARDIN, 2011).
[14] Categoria é um título genérico que reflete o significado geral de um conjunto.

podem ocorrer por padrão semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo), expressivo (variações na linguagem e na escrita) ou outros determinados pelo(a) pesquisador(a).

Os procedimentos da análise inicialmente, entre outras atividades e de acordo com o previsto para a coleta de dados, utilizaram-se do recurso de uma entrevista semiestruturada com informantes qualificados.

Conforme Bardin (2011), "o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura", o que corresponde a um recorte no sentido e não da forma. A opção pelo tema como unidade de registro envolve não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais. Desse modo, resultaram um total de seis temas (Quadro 9).

Quadro 9 – Temas abordados

Nº	TEMAS	IDEIAS
1	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no sentido de produzir bens e serviços para população	Questão importante para identificar os motivos, as finalidades e a importância da implementação da Agenda 2030.
2	Panorama nos municípios	Identificar possíveis espaços e/ou outras pessoas/gestores que trabalham os ODS.
3	Os gestores têm visão sistêmica da necessidade dos cidadãos.	Entender as necessidades e contribuir para o desenvolvimento local.
4	Cumprimento da Agenda 2030	Meta para os municípios que acreditam e incluem os ODS na sua gestão.
5	Capacitação sobre ODS	Procedimento adequado para despertar o interesse e o conhecimento sobre o tema.
6	NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial	Importância para as comunidades trabalharem de forma participativa.

Fonte: dados da pesquisa.

A construção das categorias de análise foi baseada no objetivo proposto ao estudo. Esta pesquisa delimitou o direcionamento do estudo ao movimento da análise desenvolvida. Dessa forma, a categorias desenhadas trazem referências dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentavel. Conforme o Quadro 10, para cada categoria, foi produzido um texto resumo, que, de maneira geral, expressa o significado das diversas unidades de registro a seguir.

Quadro 10 – Categorias de análise

Categorias de análise	**Descrição**
ODS	Os **ODS** representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

Desenvolvimento Territorial Sustentável	Envolve a diversidade das dimensões do **desenvolvimento** a exemplo da sustentabilidade ambiental, da liberdade de privações, do combate à pobreza, da elevação da qualidade de vida e do empoderamento social.
Ações no TCJ	Essa categoria trata da gestão compartilhada, objetivo abordar universidades e conselhos territoriais por meio da criação de centros de formação contínua, NEDET[15]. Esses centros contam com Assessores Territoriais de Gestão Social e Produtiva Inclusão.

Fonte: dados da pesquisa.

As categorias contemplam os pressupostos delineados por Bardin (2011) e atendem a *exclusão mútua* e a *homogeneidade*, uma vez que, por definição, correspondem a perspectivas inerentes aos objetivos categorizados, também correlacionam a qualidade *pertinência*, pois é possível remeter todos os temas do material analisado às categorias levantadas. Outras categorias, a *objetividade* e *fidelidade,* foram definidas de acordo com as ações dos TCJ. As categorias também são *produtivas*, pois demonstram as perspectivas e compreensão dos ODS.

Sob o ponto de vista ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os dados foram levantados por meio do questionário analisados recorrendo à abordagem qualitativa. A coleta e a tabulação dos dados foram efetivadas pelo *Google Forms*, apontando a percepção e os desafios da Agenda 2030.

[15] NEDET foi criado pelo MDA/CNPq por meio da Chamada para Proposta 11/2014. Esse convite à apresentação de propostas tem como objetivo abordar universidades e conselhos territoriais por meio da criação de centros de formação contínua. Esses centros contam com Assessores Territoriais de Gestão Social e Produtiva Inclusão.

6 DO CAMPO DAS IDEIAS AO TRABALHO DE CAMPO

A Confederação Nacional de Municípios desenvolveu um aplicativo Mandala ODS, disponibilizado aos gestores públicos municipais e à sociedade. A Mandala ODS[16] possibilita diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Mandala ODS mostra o grau de desenvolvimento do município de acordo com quatro dimensões: econômica, social, ambiental e institucional. A ferramenta disponibiliza 30 indicadores dos 5.570 municípios brasileiros, os quais são considerados em seis grupos distintos para fins de análise e comparação, além do grupo das capitais. A análise da evolução dos municípios de Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiro, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio do Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix, pertencem ao Grupo 3: formado pelos municípios dos clusters e com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes.

Quadro 11 - Avaliação dos ODS nos municípios do TCJ

Municípios	Maiores evoluções	Variações negativas
Lagoa do Tocantins	(3) – Saúde e bem-estar; (2) – Fome Zero e agricultura sustentável; (6) – Água potável e saneamento.	(8) – Trabalho descente e crescimento econômico; (16) – Paz, justiças e instituições eficazes; (17) – Parcerias e meios de implementações.
Lizarda	(4) – Educação de qualidade; (5) – Igualdade de gênero; (12) – Consumo e produção responsáveis.	(3) – Boa saúde e bem-estar; (9) – Indústria, inovação e infraestrutura; (16) – Paz, justiças e instituições eficazes.
Mateiros	(4) – Educação de qualidade; (5) – Igualdade de gênero; (12) – Consumo e produção responsáveis.	(2) – Fome Zero e agricultura sustentável; (9) – Indústria, inovação e infraestrutura; (16) – Paz, justiças e instituições eficazes.
Novo Acordo	(4) – Educação de qualidade; (5) – Igualdade de gênero; (6) – Água potável e saneamento.	(9) – Indústria, inovação e infraestrutura; (8) – Trabalho descente e crescimento econômico; (17) – Parcerias e meios de implementações.
Ponte Alta do Tocantins	(4) – Educação de qualidade; (8) – Trabalho descente e crescimento econômico; (12) – Consumo e produção responsáveis.	(16) – Paz, justiças e instituições eficazes; (17) – Parcerias e meios de implementações; (2) – Fome Zero e agricultura sustentável.
Rio Sono	(9) – Indústria, inovação e infraestrutura; (11) – Cidades e comunidades sustentáveis; (12) – Consumo e produção responsáveis.	(4) – Educação de qualidade; (8) – Trabalho descente e crescimento econômico; (16) – Paz, justiças e instituições eficazes.
Santa Tereza do Tocantins	(2) – Fome Zero e agricultura sustentável; (3) – Saúde e bem-estar; (6) – Água potável e saneamento.	(8) – Trabalho descente e crescimento econômico; (9) – Indústria, inovação e infraestrutura; 17 – Parcerias e meios de implementações.

[16] https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal.

São Félix do Tocantins	(2) – Fome Zero e agricultura sustentável; (3) – Saúde e bem-estar; (6) – Água potável e saneamento.	(8) – Trabalho descente e crescimento econômico; (16) – Paz, justiças e instituições eficazes; (17) – Parcerias e meios de implementações.

Fonte: elaborado pela autora com base em Dados da Mandala CMN-Brasil (2021).

De acordo com as análises do CVN, os ODS com maiores evoluções que mais se destacaram entre os apresentados nos municípios do TCJ foram: (4) – Educação de qualidade, que é assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; (12) – Consumo e produção sustentável, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; (5) – Igualdade de gênero, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Entre os que tiveram variações negativas se destacam: (8) – Trabalho decente e crescimento econômico, que é promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (9) – Inovação infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; (16) – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; (17) – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Na seção a seguir, será apresentada a percepção sobre os ODS pelos sujeitos territoriais. O objetivo é entender o contexto de implementação dos ODS.

6.1 A percepção sobre os ODS pelos sujeitos territóriais

A partir das respostas obtidas, os procedimentos de agrupamentos, de classificações, de pré-análise são vistos como indispensáveis e fundamentais para auxiliar a efetiva possibilidade de inferir, analisar e interpretar os dados. O Quadro 12 expõe como prefeitos A veem os ODS no sentido de produzir bens e serviços para população.

Quadro 12 – Resposta dos informantes qualificados

Prefeitos A	Resposta
A1	Como algo positivo

A2	A prefeitura vê com muito bons olhos, tendo em vista que é imensamente necessário que tanto os poderes públicos federais, estaduais e municipais, quanto a população têm obrigações e direitos. E entendemos que cabe a todos nós fazermos o possível para produzir o bem e pensar na prestação de serviços que possibilitem a qualidade de vida à população.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo como Guia para a localização dos ODS nos Municípios (2016), a sugestão é de que os gestores façam uma análise dos indicadores propostos para cada ODS, definam os que podem monitorar o cumprimento das metas e que sempre escolham os que estejam mais alinhados com as políticas públicas prioritárias da sua gestão. Compreender as dinâmicas locais para avançar no desenvolvimento sustentável são caminhos para parcerias em dimensões sociais e tecnológicas. O Quadro 13 apresenta o olhar dos prefeitos sobre os ODS.

Quadro 13 – Panorama atual dos ODS nos municípios.

Prefeitos A	**Resposta**
A1	Regular
A2	O nosso município tem trabalhado mesmo que de forma sutil para diminuir um pouco da necessidade por alimentação através do CRAS. Tem tentado, através da Secretaria de Educação, fornecer uma educação de qualidade. Através da secretaria de agricultura, tem realizado apoio ao produtor rural no sentido do trabalho com a terra para incentivar o plantio e melhoria da qualidade de vida. Através da Secretaria de Meio Ambiente é realizado ações que promovem recuperação ambiental através dos plantios em praças, canteiros e beira de rio e córregos, distribuição de mudas para os pequenos produtores para promover a recuperação dos córregos em suas propriedades, orientação de educação ambiental, promoção do recolhimento de resíduos recicláveis, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com Wissenbach e Bicev (2019), os desafios dos ODS para o futuro das cidades são complexos e desafiadores, porque governos e sociedades locais, ao assumirem um conjunto de compromissos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, se comprometem a enfrentar alguns dilemas como estabelecer um processo de monitoramento dos indicadores da Agenda 2030 para a escala municipal. O monitoramento dos ODS é identificar os tipos de fontes de informação, relacionados a diferentes formas de coleta. No entanto a existência de plataformas e programas que buscam estimular agendas relacionadas à gestão sustentável das cidades serve como base para avançar nessa busca, mas o monitoramento ainda é desafiador para os gestores.

O Quadro 14 expõe o ponto de vista dos gestores públicos a respeito da necessidade dos cidadãos.

Quadro 14 – Visão sistêmica das necessidades dos cidadãos pelos gestores públicos

Prefeitos A	Resposta
A1	Alguns têm, outros não.
A2	Eu queria muito falar que sim, mas sabemos que não acontece dessa forma, mais atribuo isso à falta de incentivos dos governos estaduais e federais.

Fonte: dados da pesquisa.

Para Sachs (2004), a dimensão política se refere ao fato da participação ativa de novos atores não estatais, como o setor produtivo privado, as organizações não governamentais, a comunidade científica e tecnológica, entre muitas outras para o processo de desenvolvimento.

A falta planejamento para o enfrentamento de desafios cada vez mais complexos é um cenário para os gestores públicos e para os demais atores locais no desenvolvimento local e envolve um alto nível de complexidade. É necessário explorar o problema a partir da visão do todo, levando também em conta as diversas interações possíveis entre os atores sociais. Lançado pela ONU (2016), o documento "Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no Nível Subnacional" ressalta que todas as esferas do governo devem estar atentas para colocar os ODS no centro do desenvolvimento nacional, regional e local, estimulando os governos subnacionais a aderirem a essa Agenda em seu planejamento. Tais contribuições podem ajudar a identificar os pontos críticos locais com a intenção de indicar prioridades para implementar os ODS.

Conforme o Quadro 15, a importância dos objetivos e as prioridades para o cumprimento da Agenda 2030.

Quadro 15 – Objetivos e prioridades para o desenvolvimento municipal para o cumprimento da Agenda 2030

Prefeitos A	Resposta
A1	Os objetivos prioritários são: erradicação da pobreza, Fome Zero, boa saúde e bem-estar, educação de qualidade, água limpa e saneamento, redução das desigualdades, consumo e produção sustentáveis, combate às alterações climáticas e parceria em prol das metas. Porque são objetivos que se alcançados vão melhorar significativamente a vida da mossa população.
A2	1; 4; 6; 13 e 15.

Fonte: dados da pesquisa.

O desafio para definir quais ODS são prioridades se inicia a partir de articulação com todos os órgãos municipais, que englobe a compreensão das políticas públicas no âmbito do desenvolvimento sustentável como desenvolvimento econômico, ambiental e social. Para Barbieri (2020), os ODS formam um conjunto integrado e indivisível de prioridades globais para o desenvolvimento sustentável, porém cabe a cada governo estabelecer suas próprias metas conforme seu nível de ambição e as circunstâncias nacionais.

De acordo com PNUD Brasil, as ações propostas de integração para incorporação

Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis são a partir de três eixos de planejamento: proporcionar o conhecimento da Agenda 2030 e ODS; criar um diagnóstico das ações municipais já propostas mas não vinculadas; mapear para identificar os obstáculos e os desafios para as ações e observação de como se alcançará a transformação da gestão, em médio prazo, com visão de futuro, mediante a aceleração dos ODS e o desenvolvimento resiliente, inclusivo e integral dessas ações devidamente organizadas.

No Quadro 16, o olhar dos gestores sobre quais os ODS mais desenvolvidos no território.

Quadro 16 – ODS mais desenvolvidos no território na visão dos gestores municipais B

Gestores municipais B	**Resposta**
B1	Não sei
B2	Objetivo 4 – Educação de qualidade
B3	Objetivo 3 – Saúde e bem-estar

Fonte: dados da pesquisa.

Os gestores têm suas responsabilidades com propostas que devem ser refletidas na gestão e na mobilização para garantir o cumprimento dos ODS e das suas respectivas metas na Agenda 2030. Para Abrahão (2017), o foco deve ser o avanço nos municípios, os esforços dos gestores das cidades conseguirem alocar verbas em áreas prioritárias.

No Quadro 17, a importância das parcerias para Agenda 2030.

Quadro 17. Plausibilidade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030 no município.

Gestores municipais B	Resposta
B1	Com parcerias entre os executores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, municípios, sociedade e outros envolvidos.
B2	Através da educação.
B3	Com a partipação dos municípios que fazem parte do Território, pois só assim podemos ter um desenvolvimento sustentável participativo e com mais eficiência e qualidade.

Fonte: dados da pesquisa.

Para Dallabrida (2016), a governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas que dá prioridade a uma ótica inovadora partilhada e colaborativa ao identificar os ODS para auxiliar no alcance das metas, em níveis locais, criam oportunidades para parcerias e conexões. Há recursos governamentais e de organizações internacionais, blocos e bancos regionais destinados a projetos que atuam de

maneira a promover e auxiliar o alcance dessas metas. Sincronizados com a implementação desses Objetivos, pode abrir um espaço para diálogos e trocas entre projetos que, com objetivos similares ou complementares, podem se potencializar mutuamente e ampliar a capacidade de transformação local.

No Quadro 17, o NEDET como cooperação para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania do Jalapão.

Quadro 17 – Contribuição do NEDET para o avanço dos ODS

Coordenadores do NEDET C	Resposta
C1	Apoiando as prefeituras em projetos específicos com foco com os ODS elegidos como prioridades.
C2	Construir diagnósticos sobre a situação do território (desafios e oportunidades) junto à sociedade e então ajudar a construir projetos de resolução das problemáticas identificadas.
C3	Núcleos buscam apoiar, de forma técnica, o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais por meio do apoio a atividades produtivas locais de baixo impacto no meio ambiente e amplamente pautado na inclusão das mulheres no meio produtivo e agenda de debates de políticas públicas. Dessa forma, as ações dos NEDETs buscam, de certa forma, assegurar trabalho decente e crescimento econômico nos territorios, redução das desigualdades, comunidades sustentáveis.

Fonte: dados da pesquisa.

Vallejo e Moreno (2015) apontam que o ponto de partida para se estudar o desenvolvimento local está ligado a conhecer as características físicas de um território a ponto de entender as vantagens e as desvantagens de um território em relação ao potencial de recursos naturais e físicos.

De acordo com as percepções dos entrevistados, a atuação dos atores locais na construção de um diagnóstico com acompanhamento da prefeitura na construção de políticas públicas com foco nos ODS pode contribuir com o processo de gestão para a formulação de políticas, programas e projetos que promovam territórios sustentáveis e saudáveis.

No Quadro 18, a percepção dos corrdenadores do NEDET em realção aos avanços do ODS no território.

Quadro 18 – Dados da pesquisa[17] vs. percepção dos coordenadores dos NEDETs

Coordenadores do NEDET C	Resposta

[17] Dados da Confederação Nacional de Municípios desenvolveu um aplicativo Mandala ODS, disponibilizado aos gestores públicos municipais e à sociedade do ODS nos municípios de São Félix, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins.

C1	Sim. Realizo pesquisas na região e é perceptível o avanço (mesmo que ainda não o suficiente) em relação aos dados apresentados.
C2	Sim. Na medida em que os indicadores relacionados à atividade e desenvolvimento econômico são os menos desenvolvidos e com maiores dificuldades de serem estimulados
C3	Concordo com resultados apresentados, principalmente quando aponta o alinhamento entre as ações dos NEDETs e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: dados da pesquisa.

Para Barbieri (2020), o que importa aqui é manifestar a ideia de que o desenvolvimento é um direito de todos e que todos devem se comprometer em tornar essa ideia uma realidade. Nesse sentido, os indicadores ajudarão os municípios a avaliar e desenvolver estratégias de implementação e alocar recursos para a sua realização. Além do monitoramento, também é muito importante considerar que as transformações locais que acontecerão a partir da implementação da Agenda 2030.

O Quadro 19 ressalta os desafios e as oportunidades de implementação da Agenda 2030.

Quadro 19 – Principais desafios e oportunidades para a implementação da Agenda 2030

Coordenadores do NEDET C	Resposta
C1	Os Planos Municipais, estando adequados, além de direcionar os recursos públicos para o cumprimento de metas, facilitam encontrar parceiros para a implementação das ações. É de extrema importância o trabalho integrado dos governos federal, estadual e municipal em parceria com as comunidades.
C2	Desafios: articulações e engajamento da sociedade organizada nas ações a serem implementadas.
C3	Uma ampla disseminação da Agenda se faz necessária para efetiva implementacação. Para além da disseminação conceitual, é necessária uma estratégia de interiorização das políticas e ações para alcance de todos.

Fonte: dados da pesquisa.

Aponta-se ainda, apoiado nas percepções dos entrevistados, que a importância da implementação dos ODS é despertar nos gestores para que sejam disseminados entre a gestão de cada pasta formar multiplicadores conscientes e conhecedores das ações internalizadas e efetuar o alinhamento intersetorial e desenvolvimento de atividades fins em seus projetos. De acordo Para Sachs (2017) a mensagem mais importante seria transmitir que as ideias podem influenciar a política pública com compromisso e participação no desenvolvimento sustentável.

No Quadro 20, pode ser observada a participação da comunidade na percepção dos ODS mais desenvolvidos no território.

Quadro 20 – ODS mais desenvolvidos no território

Comunidade D	Resposta
D1	5 – Igualdade de gênero

D2	12 – Vida terrestre
D3	14 – Vida na água
D4	17 – parcerias e meios de implementação
D5	14 – Vida na água
D6	11 – Cidades e comunidades sustentáveis
D7	8 – Trabalho decente e crescimento econômico
D8	8 – Trabalho decente e crescimento econômico
D9	11 – Cidades e comunidades sustentáveis
D10	Não sei
D11	Não sei
D12	8 – Trabalho decente e crescimento econômico

Fonte: dados da pesquisa.

Nesse contexto, o conhecimento dos 17 objetivos, como explicam Souza *et al.* (2019), proporciona melhor percepção de cada um dos objetivos na vida social e no meio em que vivem, resultando em melhoria da qualidade de vida, conscientização da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais para as gerações futuras. Os gestores poderão construir condições de desenvolvimento de planos estratégicos de ação de políticas públicas alinhados a projetos e programas disponíveis integrados aos ODS.

O Quadro 21 apresenta as possibilidades de avanços dos ODS.

Quadro 21 – Possibilidades de realização dos ODS no território até 2030

Comunidade D	Resposta
D1	Com o engajamento da população
D2	As prefeituras precisam incluir no PPA ações específicas para promover a implementação.
D3	Com envolvimento da população na gestão pública
D4	Sim
D5	Maior envolvimento da comunidade.
D6	O poder público precisa ter maior responsabilidade nas ações.
D7	Transferência na gestão pública
D8	Acho que a população precisa cobrar mais. Mas acredito sim.
D9	Sim
D10	Não
D11	Não sei.
D12	As comunidades e poder público trabalhado juntos.

Fonte: dados da pesquisa.

Para Sachs (2017), há alguns princípios de governaça para os setores públicos e privados para desempenhar os ODS: responsabilidade, transparência e participação. Os governos são os responsáveis pela satisfação das necessidades do planeta.

Os dados obtidos com a aplicação do questionário registram um perfil dos entrevistados, predominantemente, feminino com aproximadamente 80% do total e 30% masculino. As

cidades com maior índice de respostas seguem a seguinte ordem: Ponte Alta (60%), São Félix (20%), Mateiros (20%). A intenção em participar de um curso sobre os ODS era de 100%. As comunidades que participaram das atividades do NEDET com o objetivo de apoiar os colegiados territoriais:75% participaram, e 25% não participaram.

6.2 Cenários possíveis aos ODS no território do Jalapão

Embora sem considerar os impactos da COVID-19 nos municípios, devem-se acelerar os esforços para atingir os ODS. Porém, a COVID-19 gerou consequências graves para todos os países, em geral, e para o Brasil, em particular. Isso significa que as cidades brasileiras já apresentavam muitos desafios para atingir os ODS antes da pandemia, inclusive o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que aborda o tema na meta 3.d – todos os países devem "reforçar a capacidade para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde".

De acordo com as análises do CNM, as mandalas ODS nos municípios de Mateiros, São Félix e Ponte Alta que tiveram variações negativas se destacam: (2) Fome Zero e agricultura sustentável: acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; (8) Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (9) Inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; (16) Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; (17) Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Há uma ampla variedade de desafios para se atingir os ODS, particularmente os ODS 2 (Fome Zero e agricultura sustentável), 3 (Saúde e bem-estar), 4 (Educação de qualidade), 10 (Redução das desigualdades), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (Parcerias e meios de implementação). Em geral, devem acelerar os esforços para impulsionar as transformações necessárias para atingir os ODS em todas as suas dimensões. Contudo, uma recuperação a longo prazo da pandemia deve incluir investimentos transformativos na saúde e na educação.

A Agenda é uma condição de possibilidade para a implantação de um modo alternativo, solidário e cooperativo e sua efetividade, entretanto, dependerá de uma projeção sobre o

território, de sua expressão em agendas territorializadas, cuja governança e gestão estratégica, em especial a avaliação de efetividade, são os desafios mais relevantes, demandando objetivos, metas e estratégias capazes de articular os pilares do desenvolvimento sustentável, associado à perspectiva de atender as necessidades locais articulando-as a parâmetros regionais, nacionais e globais.

Adicionalmente, é a importância de desenvolvimento de sistemas, tecnologias e ferramentas de monitoramento e avaliação, para a construção de indicadores mensuráveis e potentes no processo de gestão das agendas territorializadas, fornecendo subsídios para a tomada de decisão e para a formulação de políticas, programas e projetos que promovam territórios sustentáveis e saudáveis, assim como podem vir a se constituir em ferramenta de apoio ao monitoramento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou estudar a percepção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável considerando toda complexidade que o assunto compreende. Dessa forma, o objetivo proposto presente na pesquisa foi atingido e consistiu em verificar a perspectiva dos gestores públicos e da comunidade do Território da Cidadania Jalapão em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, considerado essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Cada objetivo foi desenvolvido, tendo a partir de tal contexto como os objetivos espcíficos o estágio de implementação dos ODS; as estratégias de desenvolvimento territórial sustentável implmentadas; e as ações implemtendas pelas prefeituras dos TCJ que contemplam os ODS.

Embora as cidades ainda tenham quase dez anos para avançar na Agenda 2030, promovida pela ONU, a maioria dos municípios está muito distante de cumprir as metas. Além disso, ao contrário de apenas reproduzir o que diz a Agenda 2030 em termos de objetivos, metas e indicadores, o ponto de partida crítico e a lógica interdisciplinar das universidades que podem permitir uma verdadeira tradução dos ODS para nossos territórios e suas demandas mediante a materialização de necessidades em ações e práticas. A Agenda 2030 permite que programas e projetos sejam pensados transversalmente, aproveitando-se as sinergias entre os 17 ODS são as parcerias e meio de implementação como estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Apesar desta pesquisa ter respondido aos objetivos geral e específicos propostos no capítulo de introdução deste trabalho, as limitações se configuraram pelo atual cenário de crise sanitária, que projetou, como medidas de prevenção e cuidados a saúde e a vida, o distanciamento social. Essas medidas desenharam uma pesquisa de campo remota, com o uso de ferramentas virtual. Possivelmente, contribuiu para uma amostragem menor dos participantes. Contudo os dados obtidos favorecem uma interpretação em relação às perspectivas dos ODS.

De acordo com o Relatório Luz (Síntese) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (2017, p. 3)[18], desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, apesar de se propor medidas que reforcem os meios de implementação da Agenda, "a criação de comissões ou frentes parlamentares para os ODS, porém, jamais será suficiente enquanto faltar transparência, acesso à informação, participação real da sociedade civil, regulação e monitoramento de áreas fundamentais" (GTSC A2030, 2017). Além disso, é importante

[18] O Relatório Luz, apresentado em GTSC A2030 (2018, p. 5), continua a demonstrar preocupação com o cenário brasileiro, afirmando que "o caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é incoerente com a Agenda 2030".

desenvolvimento de sistemas, tecnologias e ferramentas de monitoramento e avaliação para a construção de indicadores mensuráveis e potentes no processo de gestão das agendas territorializadas, fornecendo subsídios para a tomada de decisão e para a formulação de políticas, programas e projetos que promovam territórios sustentáveis e saudáveis.

O avanço da Agenda 2030 começa com o desenvovlimento local com uma visão mais consiente de consumo a partipação do cidadão politicamente se organizando coletivamente com ideias e ações efetivas e o maior desafio globalmente e saber se a humanidade é capaz de se acertar as várias tribos para fazer isso.

As reflexões ora propostas podem ganhar, em futuras pesquisas, outros contornos e recortes, inclusive no detalhamento de alguma etapa e/ou processo da dinâmica de estruturação dos ODS, que possam inclusive desenhar novas institucionalidades e resultados visando ao estudo da gestão de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável por meio da correlação entre a esfera governamental e as demais organizações sociais e de mercado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria de Estudos Territoriais. *In:* VIEIRA, P. F. *et al.* (org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Editora Secco, 2010.

ABRAHÃO J. ESTRATÉGIA ODS – BRASIL – **Após dois anos, Brasil pouco fez por Objetivos tratados na ONU.** Disponível em: https: https://www.estrategiaods.org.br/apos-dois-anos-brasil-pouco-fez-por-objetivos-tratados-na-onu/. Acesso em: 15 out. 2021.

ADTUR. **Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa**. 2018. Disponível em: adetuc.to.gov.br/desenvolvimento-do-turismo/projetos-estrategicos/prodetur/. Acesso em: 25 dez. 2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quindênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol.32, n. 3. São Paulo Sept./Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000300587>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. São Paulo: Vozes, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edição 70, 2011.

BECKER, D. F. Contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISIC, 2010, 395 p.

BERDEGUÉ, J. A.; FAVARETO, A. **Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030**; Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, n. 32. Santiago de Chile, 2019.

BIZAWU, Kiwonghi. Natureza jurídica da Carta do Milênio e os compromissos sociais do Brasil. **Revista Jus Navigandi, Teresina**, ano 10, n. 598, 26 fev. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6366>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.Disponível em < https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896> Acesso em: 03 de set.2020.

BONNAL, P. Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais. *In:* MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. p. 33-56.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável**. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. 2016b. Disponível em:<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019- 2022/2020/lei/L13979.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5215. Acesso em: 10 dez. 2021.

CAZELLA, A. A.; ZIMMERMANN, S. A.; LEITE, S. P. Ações e políticas no processo de gestão do Programa Territórios da Cidadania: análise a partir dos estudos de caso. *In:* MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. p. 289-321.

CELLARD, A. A análise documental. *In:* POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-313.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CRISTOFOLINI, A. **Tratamento tributário do ato cooperativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial**. São Paulo: LiberArs, 2016.

FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimentorural. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 28, n. 1-2, p. 52-62, 2009.

FAVARETO, A. *et al.* **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**.São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FAVARETO, A**. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão,** São Paulo: Inglu: FAPESP, 2007.

FERNANDES, B. M. Territorialidade. *In:* GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. p.128- 135.

FREITAS, J. C.; SILVA, W. S. Desenvolvimento local por uma perspectiva sistêmica: avaliação macro ambiental de um município do sul de Minas Geraus. In: CONGRESSO

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da qualidade, 2002. 344 p.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FURTADO, C. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALLO, Edmundo; SETTI, Andréia Faraoni Freitas. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4383-4396, 2014. Disponível em: < https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-232014001104383&script=sci_arttext>.cesso em: 27 jul. 2020.

GEHRE, T. (2021). Brasil y América Latina en el horizonte 2030: la encrucijada en la implementación de los ODS. **Agenda 2030 y el desarrollo sostenible en el contexto latinoamericano**. Disponível: https://www.academia.edu/45688214/Brasil_y_Am%C3%A9rica_Latina_en_el_horizonte_2030_la_encrucijada_en_la_implementaci%C3%B3n_de_los_ODS?email_work_card=view-paper. <Acesso: 12. Dez. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 57-63, 1995.

GTSC A2030 – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**: síntese II. 2018. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14577.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 21 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 21 mar. 2020.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Projeto Corredor Ecológico do Jalapão**. Disponível em: www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt. Acesso em: 4 jan. 2019.

ICJ. International Court of Justice. 2021. Disponível em: https://icj-cij.org/en/court. Acesso em: 20 nov. 2020.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL - IDSC – BR. **A evolução das 5.570 cidades brasileiras em direção a Agenda 2030 da ONU**. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/. Acesso em: 20 jul. 2021.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014.

JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire **et al**. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil:**.Florianópolis: Editora Secco, 2010.

KARAM, R. A. S. **A economia política do desenvolvimento territorial**: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira. 2012. 282 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LUSTOSA, P. H. Avaliação da indução de desenvolvimento sustentável: uma proposta de metodologia. In: FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002. 344 p.

MACHADO, J. G. J. Notas sobre a forma de atuação do PNUD no Brasil. **Carta Internacional**, v. 3, n. 3, p. 40-52, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel dos pequenos e médias empresas**: experiências brasileiras e canadenses. São Paulo: Manole, 2004.

Mendonça, N. e Ortega, A.C. "**Estratégias de desenvolvimento territorial rural: Governo FHC x Governo Lula"**. In: Anais do X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, SEP, 2005.

MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. **O sistema socioecológico do Jalapão e os dilemas para o desenvolvimento regional: transformações, capacidade adaptativa e resiliência comunitária.2020. 275f**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2020.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. *In:* Autores que organizaram a obra **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed.São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Série Documentos Institucionais nº 3, SDT/MDA. Brasília, set. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/5033307/Doc. Institucional no 3 SDTCONDRAF-refre%c3%Ancias para a Gest%C3%A3o Social de Territ%B3rios Rurais. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais. Série Documentos Institucionais no 2, SDT/MDA. Brasília, maio de 2005.

_____. Principais Ações do PRONAT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - Programas - Territórios Rurais. 20. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais/10364997>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MYRADAL, G. What is development? **Journal of Economic Issues,** v. 8, n. 4, p. 729-736,1974.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: < http://www.un.org/>. Acesso em 16 mar.2016.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: http://www.un.org/. Acesso em: 16 mar. 2020.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Cadernode Pesquisas em Administração, São Paulo, Ano 1, n. 3, 1996.

ONU-HABITAT e COLAB. **Consulta a cidades sustentáveis 2019**: relatório de resultados de quase 10.000 brasileiros sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades de Nayrobi e Kenya. 2019. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/08/livro_cidades_sustentaveis _completo_0.pdf. Acesso em: 1 mar.2021.

ONU. **Sobre a doença**. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-COVID. Acesso em: 17 abr. 2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. **Avaliaçãoda contribuição do PNUD para o Brasil**: os resultados de desenvolvimento. Equipe de avaliação IESP-UERJ/UFBA. 2011 Disponível em: https://erc.undp.org/evaluation/documents: /download/4969. Acesso em: 10 fev. 2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável:** Subsídios iniciais do sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Programa das nações unidas para o desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. 291 p.

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. **Governo brasileiro lança, com apoio do PNUD, Programa Nacional de voluntariado**. Disponível em: https://erc.undp.org/evaluation/documents/download/4969/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/08/28/governobrasileiro-lan-a-com-apoio-do-pnud-programa-nacional-de- voluntariado.html. Acesso em: 30 mar. 2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento**Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio**. Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local.São Paulo: [s.n.], 2009. Disponível em: https://www.cepal.org/MGD/noticias/paginas/2/44322/ brasil.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Dos ODM aos ODS**. 2018. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html. Acesso em: 25 mar. 2020.

PNUD –Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.**Portfólio dos projetos do PNUD Brasil à luz dos objetivos de desenvolvimentosustentável**. 2016. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/portifolio-dos-projetos-do-pnudbrasil-a-luz-dos-objetivos-de-des.html. Acesso em: 3 abr. 2020.

RODRIGUES, P. L.; MARCHEZINE S; LAW T. **O papel da diplomacia cidadã na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Cidade: Estratégia ODS, 2021. Disponível em: https://www.estrategiaods.org.br/article/o-papel-da-diplomacia- cidada-na-implementacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: 25 mar. 2021.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Observatório internacional SEBRAE. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: http://ois.sebrae.com.br/comunidades/pnud-programadas-nacoes-unidas- para-o-desenvolvimento/. Acesso em: 16 nov. 2019.

SEN, A. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** Tradução: Bernardo Ajzemberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 409 p.

SERAFINI, P. & DE MOURA, J. & NOBRE, A. (2021). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Boas práticas para a implementação da agenda 2030.** International Journal of Development Research. 11. 44035-44039. 10.37118/ijdr.20964.01.2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, M. A. V. *et al*. Território da Cidadania do Jalapão: resgate histórico e desafios. *In:* SILVESTRE, L. P. F. (org.). **As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano**. Ponta Grossa: Atena editora, 2019. p.155-166.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Unijuí**: Revista Desenvolvimento em questão, Ano I, n. 2, 2003.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

VALLEJO, E. L. B.; MORENO, E. El desarollo local desde una visión prospectiva. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, n. 45, p. 245-257, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

WISSENBACH, T.; BICEV J. **Nota técnica**: metodologia de padronização dos Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis com as ODS. Centro Brasileiro de análise e planejamento – CEBRAP. 2019. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/link/pcs-ods-technical-note-04-08.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de Entrevistas ODS - Prefeitos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PPGDR

QUESTINÁRIO **01**

Roteiro de Entrevistas – ODS Prefeitos

1) Qual município você atua como Prefeito (a)?
   a. Ponte Alta do Tocantins
   b. São Félix
   c. Mateiros
2) Como a prefeitura vê os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) no sentido de produzirbem e serviços públicos de qualidade para a população?.
3) Qual o seu panorama atual dos ODS em nível municipal?.
4) Os Gestores públicos, no geral, em sua opinião, têm visão sistêmica das necessidades dos cidadãos ?.
5) Esses são os 17 ODS. No caso do Município quais os objetivos são prioridades para o desenvolvimento municipal, para o cumprimento da agenda 2030. Porquê?

Apêndice B: Roteiro de Entrevistas ODS – Gestores municipais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PPGDR

QUESTINÁRIO **02**

Roteiro de Entrevistas Sistema ODS – Gestores municipais

1) Sexo
   a) Feminino
   b) Masculino
   c) Outros

2) qual o município você mora?
   a) Ponte Alta
   b) São Félix do Tocantins
   c) Mateiros
   d) Outros

3) você já ouviu falar da Organização das Nações Unidas (ONU)?
   a) Sim
   b) Não

4) você conhece os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)?
   a) Sim
   b) Não

Estes são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Marque quais deles estão mais desenvolvidos no seu território?

5)Como você acredita que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável podem ser desenvolvidos noterritório até 2030?

6) Você tem interesse de participar de um curso sobre os 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável(ODS)?
   a) Sim
   b) Não

Apêndice C: Questionário – Coordenadores do NEDET

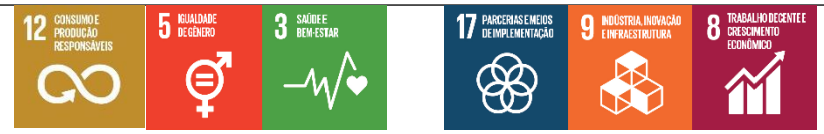
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PPGDR

Roteiro de Entrevista - **ODS – Coordenadores do NEDET**

Dados da Mandala ODS do CNM – Conselho Nacional Municipal A Mandala ODS é um aplicativo que permite fazer um diagnóstico, monitoramento e avaliação do desempenho dos Municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Demostra o grau de desenvolvimento do município através de quatro dimensões: econômica, social, ambiental e institucional. A ferramenta disponibiliza 30 indicadores dos 5.570 Municípios brasileiros, os municípios quepertencem ao TCJ são formados pelo o grupo 3 dos clusters 2 e 3 com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes. A Confederação Nacional de Municípios utilizou os seguintes indicadores para propor um agrupamento a média da população; receita corrente líquida (RCL) per capita; população em extrema pobreza e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A análise foi feita no período de 2017 a 2020. Quadro 01: Análises dos ODS nos municípios do TCJ.

Municípios	Maiores Evoluções	Variações Negativas
Lagoa do Tocantins		
Lizarda		
Mateiros		
Novo Acordo		
Ponte Alta do Tocantins		
Rio Sono		

Santa Tereza do Tocantins



São Félix do Tocantins

De acordo com as análises do CVN os ODS com maiores evoluções nos municípios do TCJ foram: (**4) – Educação de Qualidade** que é assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; (**12) - Consumo e produção sustentável**, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis ;(**5) - Igualdade de Gênero**, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todasas mulheres e meninas.

Dentre os que tiveram variações negativas se destacam: (**8)- Trabalho decente e crescimento econômico**,promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; (**9)-Inovação infraestrutura:** construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação ;(**16)- Paz, justiça e instituições eficazes:** promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. ; (**17)- Parcerias e meios de implementação:** fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS FEITAS PELO GOOGLE FORMS

Essa é uma síntese da percepção dos ODS pelos sujeitos territoriais partir das respostas obtidas dos Prefeitos, coordenadores e gestores e comunidades pelo google forms que participaram do TCJ dos municípios deMateiros, São Félix e Ponte Alta. Sobre o Panorama atual dos ODS nos municípios os prefeitos avaliam que estãoavançando de forma sutil para o cumprimento da agenda e os principais objetivos que são prioridades nos municípios são: (1) – Erradicação da Pobreza; (4) – Educação de Qualidade; (3) – Saúde e bem-estar; (6) – Água potável e Saneamento; (10) – Redução das Desigualdades; (12) – Consumo e produção sustentável; (13) – Ação Contra a Mudança Global do Clima; (15) – Vida Terrestre; (17) – Parcerias e Meios de Implementação.Os gestores municipais entrevistados informaram que os objetivos que estão mais desenvolvidos são o (3) – Saúde e Bem-Estar e o (4) – Educação de Qualidade e acreditam que é muito importante implementar cursos integrando a Agenda 2030 e os ODS. As pessoas entrevistas que participaram de alguma atividade do NEDET acreditam que com o engajamento, políticas públicas e informação podem alcançar os objetivos que estão um pouco mais desenvolvidos no território que são: (5) – Igualdade de Gênero; (8) – Trabalho Descentee Crescimento econômico; (11) - Cidades e Comunidades Sustentável, (13) - Ação contra a Mudança Global do Clima; (14) - Vida na Água e (17) - Parcerias e Meios de Implementação. **ROTEIRO DE ENTREVISTA** Após a apresentação dos dados coletados, por gentileza responder o roteiro de entrevista abaixo: De acordo com o trabalho do NEDET/Jalapão, como você avalia que o NEDET pode contribuir com oavanço dos ODS?

2. Segundo sua percepção esses dados apresentados retratam a realidade?
3 . Em que medida pode contribuir dizendo quais os principais desafios e possiblidades nessas perceptivas para o avanço daimplementação da Agenda 2030?

Apêndice C: Roteiro de Entrevista - ODS – Comunidades TCJ

Universidade Federal do Tocantins
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Câmpus Palmas
Av: NS 15 ALC NO 14, Sede do Mestrado em Desenvolvimento Regional
Palmas-TO | 77020-210
Fone: (63) 3232-8224 | E-mail: pgdra@uft.edu.br

Roteiro de Entrevista - ODS – Comunidades TCJ

1) Sexo

d) Feminino
e) Masculino
f) Outros

2) qual o município você mora?

e) Ponte Alta
f) São Félix do Tocantins
g) Mateiros
h) Outros

3) você já ouviu falar da Organização das Nações Unidas (ONU)? *

c) Sim
d) Não

4) você conhece os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? *

c) Sim
d) Não

5) Estes são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Marque quais deles estão maisdesenvolvidos no seu território?

Como você acredita que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável podem ser desenvolvidos noterritório até 2030?

7). Você tem interesse de participar de um curso sobre os 17 Objetivos do

Desenvolvimento sustentável(ODS)?

a) Sim
b) Não

8)Participou de alguma atividade do seu Colegiado Territorial no período de junho 2015 a dezembro 2016 onde Universidade Federal do Tocantins implementou o projeto NEDET(Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial) que tinha como objetivo central apoiar os Colegiados Territoriais?

a) Sim
b) Não

Apêndice D: Termo de consentimento livre e esclarecido

Universidade Federal do Tocantins
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-gradução
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Câmpus Palmas
Av: NS 15 ALC NO 14, Sede do Mestrado em Desenvolvimento Regional
Palmas-TO | 77020-210
Fone: (63) 3232-8224 | E-mail: pgdra@uft.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE EESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisade campo referente a pesquisa intitulada **território do jalapão: perspectivas e desafios para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável** desenvolvida pela acadêmica Vivianede Araújo Leal, mestranda do curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisaé orientada pelo professor Drº. Airton Cardoso Cançada, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessáriopor meio de do telefone n.º (63) 9 981281767 ou e-mail airtoncardoso@yahoo.com.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquerônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais estuda a perspectiva do estágio deimplementação dos ODS nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania do Jalapão – TCJ.Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de uma entrevista semiestruturada, apoiada porum questionário, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dadoscoletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador. Fui ainda informado(a) de que posso meretirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrerquaisquer sanções ouconstrangimentos

Palmas,_____/_____/_____

Assinatura do(a) participante:_____

Assinatura da pesquisadora: _